

**ATA N.º6/2014**  
**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA**  
**MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA**  
**EM 29 DE DEZEMBRO DE 2014**

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro de dois mil e catorze, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de S. João da Pesqueira, por convocatória do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de dezasseis de setembro de dois mil e catorze, com a seguinte ordem de trabalhos:

**PONTO 1 – Apreciação da Atividade Municipal;**

**PONTO 2- Análise, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2015;**

**PONTO 3- Análise, discussão e votação do Mapa de Pessoal para o ano de 2015;**

**PONTO 4- Análise, discussão e votação da Proposta de Regulamento Municipal de Venda e Arrendamento de Habitações;**

**PONTO 5- Análise, discussão e votação da Proposta de fixação da Taxa de Derrama, nos termos do disposto no artigo 18.º da Lei n.º73/2013, de setembro (Lei das Finanças Locais);**

**PONTO 6- Análise, discussão e votação da proposta de fixação da participação variável no IRS, nos termos do disposto no n.º1 do artigo 26.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais);**

**PONTO 7- Apreciação da Auditoria Externa do ROC, referente ao 1.º Semestre de 2014**

O Senhor Presidente da Assembleia iniciou a reunião cumprimentando os presentes expressou votos de que o Natal tivesse sido bem passado, na companhia dos entes mais queridos de todos, esperando que esta reunião caminhe também para um Bom Ano Novo.

Passando, de seguida à chamada dos membros que compõem a Assembleia, verificou-se a ausência do Senhor Fernando José Martins Pereira.

Reunidas as condições para o início dos trabalhos, deu conhecimento do expediente rececionado. Salientou os votos de Boas Festas endereçados à sua pessoa e a toda a Assembleia Municipal. Deu ênfase à menção honrosa conquistada pelos Pereiros no concurso “Aldeia dos Sonhos”. Realçou ser uma honra para todos, não só por termos uma aldeia a concurso neste evento, mas também ter sido selecionada, conquistando um lugar tão prestigiante.

Informou que após o envio da convocatória para esta reunião, recebera da Associação Nacional dos Municípios Portugueses o pedido de eleição de um Presidente da Junta e seu substituto para representação no próximo Congresso Nacional, a realizar dias 27 e 28 de março. Pretende proceder a essa eleição na reunião de fevereiro. Salientou ainda o agradecimento recebido do Instituto de Promoção de Comércio e Investimento de Macau, pela presença nessa atividade de individualidades da Câmara Municipal bem como dos empresários de vários ramos, do nosso concelho. Referiu que tivera conhecimento da dificuldade, de alguns membros da Assembleia, na obtenção dos documentos necessários à reunião, através de email, pelo que decidira fazer circular um documento, no qual cada um podia manifestar a

sua opinião sobre se pretende, futuramente, receber os documentos em suporte de papel, ou online.

Comunicou ainda o convite formulado pelo Senhor Presidente da Câmara, para o jantar convívio entre os Membros da Assembleia e o Executivo, enquadrado nas festas natalícias, no final da reunião. Informou ter já algumas inscrições e fará passar uma folha para aqueles que o pretenderem poderem ainda inscrever-se.

Seguidamente colocou a ata a aprovação, tendo sido aprovada por maioria, com a abstenção do Senhor Vítor Monteiro por não ter estado presente na reunião.

Anunciou passar ao período de Antes da ordem do dia para o qual solicitou inscrições para intervenções.

Passou a palavra aos intervenientes, lembrando que cada um iria dispor de sete minutos e meio para o fazer.

A Senhora Maria Helena cumprimentou os presentes citando que "Os homens passam as obras ficam" para registar, com agrado, a construção do Núcleo Museológico do Vinho que considerou de uma beleza invulgar em termos arquitetónicos e perfeitamente enquadrado no local. Espera que este investimento possa servir todo o concelho e que não basta ser bonito, sendo necessário que se cumpra o objetivo de promoção do que temos de mais valioso "o vinho", motor da economia e sustentabilidade das nossas freguesias. Ressalva que uma obra destas merecia mais divulgação. Foi bem organizada a inauguração, mas esperava que este evento fosse notícia em algum Telejornal. Passou no Porto Canal, sendo esse um canal pouco visualizado dedicando pouquíssimo tempo, para a importância que o evento merecia. Gostaria de ver o seu concelho dotado de muitas mais obras como esta, necessárias ao desenvolvimento, progresso e que contribuíssem para uma melhor qualidade de vida dos seus munícipes. Espera que o Executivo aproveite bem os recursos financeiros e o quadro comunitário 2014/2020, aplicando-os de forma a desenvolver cada vez mais o concelho.

A Senhora Marcolina Sequeira saudou o Senhor Presidente, Vereadores e os restantes Membros da Assembleia, desejando que tivessem passado umas Boas Festas. Questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre os valores atribuídos a cada escalão relativos às bolsas sociais universitárias, uma vez estar omissa no Regulamento aprovado. Perguntou ainda qual a intenção do Senhor Presidente perante a proposta feita pela Senhora Professora Lourdes Marinho, e que fora aprovada nesta Assembleia, relativamente à Escola de Pais. "É para construir, não é para construir, em que situação as coisas estão?" Lastimou o fato de cada vez que sintoniza a rádio Voz do Douro, ouvir sistematicamente a leitura integral do Boletim Municipal. "Dá a sensação de que a rádio está apenas ao serviço da Câmara, sendo uma autopromoção e um instrumento político." Gosta de ter conhecimento e é com agrado que vê passar bastante informação municipal, no entanto considera que "o que é demais é moléstia" e além disso o Boletim Municipal chega a todas as freguesias em suporte de papel.

O Senhor Silva Fernandes apresentou cumprimentos aos membros da mesa, do Executivo, Membros da Assembleia e ao público com desejos de um Bom Ano Novo. Iniciou a sua intervenção fazendo a leitura de um ofício que enviou à CIMDouro, porque a esta hora está a realizar-se a reunião da Assembleia Intermunicipal. Entregou à Mesa o documento que se passa a transcrever.

"

Assunto: ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIMDOURO - 2ª Reunião 2014

Exmo. Senhor  
Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIMDOURO  
Dr. Artur José Montenegro Soveral Freire de Andrade

Com os melhores cumprimentos, informo V. Exa. que recebi a 19-12-2014, a Convocatória para a 2ª Reunião da Assembleia Intermunicipal da CIMDOURO, a realizar no próximo dia 29-12-2014, com uma Ordem de Trabalhos PROVISÓRIA, com os pontos:

07- Deliberar sobre o Mapa de Pessoal para 2015, as Opções do Plano para 2015-2018 e sobre o Orçamento para 2015

08- Deliberar sobre a proposta de autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Intermunicipal.

Acrescenta-se que:

A Ordem do Dia e os respetivos documentos de apoio serão disponibilizados, por via informática, a partir do dia 22 de Dezembro.

Permita que registe o seguinte:

1- A Assembleia Intermunicipal reúne, por determinação estatutária, duas vezes por ano, em reunião ordinária.

Justifica-se que a segunda reunião tenha lugar no antepenúltimo dia do ano?

2- Justifica-se que se disponibilizem os documentos de apoio para

- Mapa de Pessoal para 2015

- Opções do Plano para 2015-2018

- Orçamento para 2015

A partir de 22 de Dezembro, o que significa seis dias apenas, antes da reunião?

3- É possível conceber que alguém que não faz da política profissão, tem tempo e capacidade para em seis dias se preparar convenientemente, para que possa apreciar discutir e votar matérias como as que constam da Ordem de Trabalhos PROVISÓRIA, que depois se transforma em Ordem do Dia?

Será que os profissionais da política o conseguem?

4- Por acaso deram conta, que entre os dias 22 e 29 de Dezembro, há um fim-de-semana (Sábado e Domingo), o feriado de Natal (25 de Dezembro) e que no dia 24, para além da normal tolerância de ponto, é o dia de reunião da Família?

Fica assim o período de preparação da Assembleia reduzido a três dias!

5- Quanto ao ponto 08 pretende-se deliberar o quê e para quê?

6- O que vai ser discutido, se houver quórum, são alguns milhares, milhões de Euros dos contribuintes, a gastar no próximo ano e definir as Opções para o período 2015-2018. A responsabilidade é enorme.

Estamos a falar da sustentabilidade e desenvolvimento de toda uma região e das opções a tomar no interesse e melhoria da qualidade de vida das populações.

7- E se não houver quórum?

A reunião terá que ser efetuada em 2015, com desrespeito pelos Estatutos! TUDO ISTO É MUITO GRAVE E SÉRIO PARA SER TRATADO COM ESTA LIGEIREZA Já numa sessão anterior, ainda que por razões diversas, classifiquei estas reuniões á semelhança de muitas Assembleias Municipais como verdadeiro "folclore político" e por vezes aparentemente democrático.

Mantendo essa opinião, é minha obrigação denunciar construtivamente, no local próprio, todas as anomalias e incongruências que o sistema político encerra, admitindo que possa contribuir para a sua melhoria e ficando de

consciência tranquila perante os cidadãos do concelho que represento. Aproveito para informar V. Exa. de que não estarei presente na reunião de 29 de Dezembro, pelo fato de nesse mesmo dia e hora se realizar a Assembleia Municipal de S. João da Pesqueira, de que faço parte, e em nome da qual integro a Assembleia Intermunicipal da CIMDOURO. Também aqui seria possível alguma coordenação, se a CIMDOURO e as Assembleias Municipais tivesse uma melhor articulação e sincronismo das suas atividades.

Solicitando que esta carta seja lida na reunião de 29 de Dezembro de 2014 e faça parte da ata da respetiva reunião, subscrevo-me

Atenciosamente.

S. João da Pesqueira, 26-12-2014

Alberto Júlio da Silva Fernandes

Deputado á Assembleia Intermunicipal da CIMDOURO eleito pela Assembleia Municipal de S. João da Pesqueira

“

De seguida leu uma declaração pessoal que sente ser seu dever fazer, junto desta Assembleia que se passa a citar:

“O cidadão António Luís Figueiredo de Oliveira, que ocupava o cargo de Presidente do Instituto de Registos e Notariado e foi membro desta Assembleia, encontra-se em prisão preventiva por fortes indícios de crime de corrupção, peculato e branqueamento de capitais. Com toda a compreensão cristã que me merece um ser humano numa situação difícil como numa cadeia, concedendo nesta fase do processo o benefício de presunção de inocência sem contudo pôr em causa a competência e imparcialidade dos magistrados devo declarar que não posso aceitar que alguém no exercício de funções públicas delas se sirva para benefício próprio e/ou terceiros desacreditando os políticos e política e contribuindo para a difícil situação em que o país se encontra com custos elevados para todos os cidadãos que honestamente trabalham, perdem o emprego ou veem baixar as suas expetativas de reformas e pensões.

Que seja feita justiça.

Em minha opinião, em crimes desta natureza, devidamente comprovados, a prisão ou perda de liberdade não é suficiente, porque até essa termos que custear.

Deveria, à semelhança do que acontece nos outros países, proceder-se ao confisco do seu património e os de que dele beneficiaram, devolvendo à comunidade tudo que ilegitimamente se apropriaram.

Assembleia Municipal de São João da Pesqueira  
Alberto Júlio da Silva Fernandes”

Acrescentou estarmos numa situação complicada, porque somos nós que estamos a pagar. Há países onde os presos pagam a sua refeição diária. Recorda ainda que não é só a pessoa que corrompe ou é corrompida, havendo muita gente que beneficia paralelamente e que têm de ser punidos. Lembra que sempre que este problema se levanta em Portugal, é escamoteado, ninguém faz nada. Gostaria de ver os políticos, os responsáveis partidários, a declararem guerra à corrupção, “mas o certo é que estão todos calados, porque não lhes interessa e nós continuamos a pagar isto tudo”.

O Senhor Vítor Monteiro, depois de cumprimentar os presentes e desejar continuação de Boas Festas, agradece a prontidão com que o Senhor

Presidente da Assembleia acedeu ao seu pedido, mas que apesar da explicação entende que o ponto 1, do artigo 9.º do Regimento da Assembleia devia vir novamente a reunião. Não basta que se escreva que as convocatórias vão ser enviadas por email e depois irem em papel. Entende que deve ser melhor clarificado e que deveria ser analisado novamente em plenário.

O Senhor Vítor Tomé cumprimentando os presentes dizendo querer aclarar três assuntos: quanto ao primeiro refere-se à Ceia de Natal dos Idosos. Alertara o ano passado, para que fosse feito o convite aos restaurantes locais, chegando-se à conclusão que não havendo capacidade para um só um restaurante fornecer o serviço, poderia haver junção dos vários restaurantes para conseguirem servi-lo, ficando no ar essa hipótese. Este ano surgiu o convite a todos os restaurantes, a oito dias do evento, mas requeria uma inscrição na plataforma de concursos. Isoladamente nenhum tinha capacidade para o fazer, no entanto se tivesse sido feito como se tinha perspectivado, mesmo em termos da faturação cada um assumiria o seu compromisso, não sendo obrigados a estar inscritos na plataforma. Considera ter sido um presente envenenado. O segundo relaciona-se com os convites para a inauguração do Museu do Vinho, não percebendo a necessidade de confirmação. Não viu nenhum protocolo a ser seguido, quer pelas entidades oficiais, quer pelo público, pelo que não entende essa burocracia. Tem conhecimento de que foi feito concurso para exploração do Wine Bar do Museu, desejando saber se o bar abriu ou não. O terceiro é sobre o balcão de proximidade do Tribunal. Questiona o Senhor Presidente, se já se apercebera, da existência de um documento no balcão que é preenchido diariamente com o registo da atividade processada. Pela leitura que faz, valorizado o documento, não será mais do que uma justificação para um possível encerramento dentro de pouco tempo. Alertou o Senhor Presidente da Câmara, para apurar a veracidade do sistema que está a ser implementado, pois a sua preocupação como cidadão e como empresário é que dentro de pouco tempo, nem do balcãozinho se poderá usufruir. Receia que em 2015 se continue a ter percas de serviços, de valores, de seres humanos que terão de sair do concelho para procurar novos rumos.

O Senhor Joaquim Monteiro cumprimentou os presentes, regozijando-se com a presença do público nesta reunião. Sobre o Museu do Vinho diz que, desde o início fora contra a obra pelo custo elevado que comportara dada a época que atravessamos. Em sua opinião era mais útil o arranjo das Bateiras, que é a porta do concelho e local para desenvolver o turismo. Contudo, já elogiou publicamente a Câmara, pela forma organizada como foi efetivada a sua inauguração. Não comunga da opinião do Senhor Vítor Tomé, dado não ser necessário convidar especificamente ninguém, porque o convite foi para toda a comunidade. Sobre o almoço achou muito bem a forma como as freguesias foram envolvidas, colaborando com entradas, sobremesas, vinhos, produtos de cada freguesia, ajudando a promover o que têm de genuíno. Faz votos para que o Museu seja um sucesso e um motor no turismo, complementado com outras obras ligadas ao rio e à paisagem da nossa região. Relembra a intervenção de um membro da direção da Cooperativa Agrícola de Ervedosa, na última reunião, que por escrito fez um pedido de apoio. Como até à data ainda não receberam qualquer informação, pergunta qual o tratamento dado a essa solicitação, para poder transmitir, atendendo às dificuldades da cooperativa. Apelou ao Senhor Presidente da Câmara para olhar um pouco para a listagem das obras que desde o dia em que foi eleito, há cinco anos,



remetera e que gostaria que fosse contemplado na ata desta reunião. Foi informado pelo Senhor Presidente, telefonicamente, aquando da assinatura do protocolo relacionado com o espaço do cidadão. Gostaria de saber quando avançará esse projeto e se esse espaço de apoio ao cidadão uma realidade na sua freguesia. Fez o reparo ao Senhor Presidente da Câmara por se ter quebrado a tradição da comemoração do Natal com a Ceia oferecida aos funcionários da Câmara e seus familiares. Era um salutar convívio com os eleitos, as crianças e a família. Sabe que deram a prendinha de 60€, mas o dinheiro não é tudo, espera que no próximo ano não deixe de se realizar a Ceia de Natal dos funcionários da Câmara. Aceitou, como é seu dever, o convite feito pelo Senhor Presidente da Câmara através do Senhor Presidente da Assembleia para um jantar no final da reunião, mas entende que nesta função não fazemos praticamente nada comparando com a colaboração dada pelos funcionários todo o ano.

O Senhor António Balça cumprimentando os presentes passou a falar sobre as jornadas das Cooperativas levadas a cabo com o contributo das Cooperativas de São João da Pesqueira, Castanheiro do Sul e Penela da Beira. Agradeceu à Câmara Municipal o apoio prestado às mesmas e frisou o interesse que estão a despertar. Mediante esse impulso, para o ano realizar-se na UTAD, em Vila Real. Lamenta o fato de nem todas as Cooperativas do concelho terem marcado presença, pois entende que algo levariam de útil. Enalteceu também a persistência e ajuda do Senhor Silva Fernandes, uma vez que sem o seu apoio, luta e paciência estas nonas jornadas não teriam sido uma realidade. Felicitou a Câmara pelo sucesso obtido na execução da obra do Museu do Vinho, lembrando que precisamos de vias alternativas à nossa estrada. Espera que o Senhor Presidente não tenha esmorecido, se entusiasme e mantenha a ideia de levar para a frente a efetivação de uma via rápida. "O Museu é muito importante, mas precisamos de gente que nos venha visitar". Tivera conhecimento que dois concelhos do Douro negociaram com a ARS a abertura do SAP, com um valor de participação do Município de 90 mil euros. Gostaria que o nosso concelho tivesse sido o primeiro a conseguir essa negociação, pois bem o merecemos.

O Senhor Sebastião Mesquita cumprimentando os presentes deu os parabéns ao Executivo pela conclusão da excelente obra do Museu do Vinho. Espera que se lhe dê protagonismo, que seja uma forma de atração para o concelho, que bem o merece, e dar-lhe a dimensão permitindo o reconhecimento além-fronteiras. Salientou que as palavras que o Senhor Secretário de Estado proferiu na inauguração, não foram as melhores, indo contra as ações que o governo tem tomado perante o nosso concelho, encerrando e retirando condições de vivência. Admitiu que a sua proposta de envio por email das convocatórias para as reuniões e documentos anexos à mesma, não foram enviados da melhor forma. Sugeriu que a Câmara colocasse os documentos em pdf no seu site de forma a estarem sempre disponíveis e que a convocatória seja enviada por email. Lamenta que os produtores sejam avisados telefonicamente e há última hora, para o fornecimento de garrafas, a apresentar em eventos fora e dentro do concelho e que alguns nem sequer são contactados. Quer que esta Assembleia seja esclarecida pelo fato de a Câmara ter visto chumbado um projeto de aprovação ao PRODER – estradas rurais - por falta de resposta. Reparou na exagerada burocracia que existe para que alguns alunos possam adquirir meia dúzia de fotocópias e terem de solicitar esse serviço ao Senhor Vice-Presidente. Gostava ainda de saber se é verdade que a Senhora Engenheira

Lurdes Veiga está a dar aulas, num curso de viticultura, na Escola Secundária e que é a Câmara que está a pagar. Lembra o caso dos abrigos junto ao Agrupamento de Escolas, pois os alunos continuam a chegar molhados a casa. Em relação ao serviço de Saúde, diz que Baião ou Resende já conseguiram reabrir as urgências, com um custo de 90 mil euros. Reflete que foram gastos com a Vindouro 207 mil euros e que se reduzissem um pouco a verba a esse evento, poderiam abrir as urgências para os nossos idosos que não têm possibilidades de sair do concelho. Gostava ainda de saber se existe algum protocolo entre a Câmara/Junta de Freguesia para a resolução da dívida da Associação da Juventude de Ervedosa do Douro que se está a tornar calamitosa.

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Silva Fernandes que solicitara autorização para apresentação em PowerPoint de um trabalho que realizara sobre o que se pretende numa ficha explicativa do Património Cultural, Histórico ou Arqueológico de um concelho e a necessidade de se saber onde se localiza e em que condições. O Municipal, Cultural pode ser Histórico, pode ser Arqueológico, mas precisamos de saber onde está e em que condições. Defende que deve existir o registo, tanto do Património público como do Património particular, pois este faz parte do Município. Está instalado no seu território, temos obrigação e responsabilidade de o ter inventariado. O requerimento que enviou à Câmara fora a solicitação de elementos sobre o Património material, e desse, apenas o imóvel que seja pertença do Município e das Juntas de Freguesia. Pediu ao Senhor Presidente da Assembleia que lhe permitisse distribuir pelos colegas uma ficha como recordação do documento histórico da capela de Santo António, refletido no PowerPoint. Informou ter felicitado o Senhor Presidente da Câmara a propósito da inauguração do Museu do Vinho, subscrevendo tudo o que já foi dito, fazendo votos para que não seja mais um Museu do Douro, como o de Foz Côa. Gostaria de obter resposta ao requerimento que fizera na última reunião de Assembleia sobre o Museu do Vinho.

A Senhora Anabela Pereira informou que há pouco tempo estiveram dois membros da Direção Geral da Administração de Justiça no tribunal de Moimenta da Beira, e em conversa, a título informal, disseram explicitamente que o Tribunal de São João da Pesqueira ficou com uma unidade local de proximidade, porque apenas e tão só, o Tribunal de Moimenta da Beira não tinha espaço físico para o arquivo deste tribunal.

Terminadas as intervenções o Senhor Presidente da mesa passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às perguntas formuladas pelos intervenientes.

O Senhor Presidente iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e desejando Boas-Festas. Agradeceu as intervenções que referenciaram o Museu do Vinho, reconhecendo ser uma obra de envergadura que veio dignificar o concelho. Respondendo à Senhora Maria Helena diz a obra depender de todos. Da parte do Executivo farão todos os possíveis para que o Museu não seja, o elefante branco que ninguém quer, mas uma forma de capitalização e retorno para a economia do concelho. Desfez o equívoco de que o Museu do Vinho seja um núcleo museológico do Museu do Douro, da Régua, e que dependa dele. Reiterou que o Museu é totalmente independente. Depende da Câmara, é o Museu do Vinho de São João da Pesqueira. Informou que esteve para ter ser inaugurado dia 11 de novembro, dia de São Martinho, mas dada a evolução na construção e o espaço ter sido visitado por algumas entidades, entre elas a CCDR, que deu apoio financeiro,

entenderam que a inauguração devia verificar-se no dia das Comemorações do Património da Humanidade, a realizar em São João da Pesqueira no dia 14 de dezembro, cumulativamente com as comemorações do Alto Douro Vinhateiro. A divulgação do evento foi a cargo da CCDR, ficando incumbida de contatar os vários canais televisivos e a restante comunicação social. Apercebemo-nos em dada altura em que nada estava a ser tratado e tivemos de assumir, já muito perto do evento, essa divulgação. Quanto ao almoço e toda a dinâmica do espaço, julga que todos gostaram, mas aceita que se devia ter dado mais ênfase à divulgação. À Senhora Marcolina Sequeira responde que o valor das bolsas universitárias são 100, 75 e 50 € respetivamente. Quanto à Escola de Pais, referiu não estar o tema esquecido, não tendo no entanto sido abordada. Não foi ainda dado nenhum passo sobre essa matéria. Em relação à rádio Voz do Douro, no mandato anterior, fizeram um protocolo que se mantém. Divulgam o que entendem que devem divulgar, porque a Câmara lhes paga uma mensalidade, e toda a informação do concelho é feita sem acréscimo de custos. Ao Senhor Silva Fernandes, e sobre o Património, responde que já tirara essas dúvidas na reunião de abril, sendo que nas contas apresentadas vem discriminado todo o Património e o seu valor. Quanto ao requerimento enviado a respeito do Museu incumbiu para lhe oficiarem que se está a tratar esse assunto. Fazendo o ponto de situação quanto ao requerimento refere que a Câmara Municipal integrou o Núcleo de Fundadores do Museu do Douro, "o Senhor sabe bem porque já pertencia à Assembleia, eu ainda não era autarca". Questionou o atual Presidente, na altura, solicitando esclarecimentos se de fato o lugar da Pesqueira estava assegurado e qual o montante mensal a despender. Informo que até hoje foram pagos à fundação do Museu do Douro 104.096.00€, que foi aceite na altura da aprovação com o Museu do Douro. A contribuição anual ronda os 13 mil €. O custo total é público, estava afixado no espaço, sem IVA são dois milhões quatrocentos e noventa e quatro mil euros, tendo sido participado em 85% pelos fundos europeus. O equipamento é da Câmara, a gestão será financiada, como qualquer outro espaço, pertencente à mesma. Ao Senhor Vítor Monteiro respondeu que o envio da documentação para as reuniões da Assembleia por email foi resultado de uma alteração ao Regimento. Irá ser enviado normalmente para todos. Quem quiser em suporte de papel deixa o registo e será enviado. A resposta está na própria Assembleia.

O Senhor Vítor Monteiro interfere dizendo que o que o Senhor Presidente está a dizer que deve estar no Regimento por carta ou correio eletrónico desde que solicitado.

O Senhor Presidente da Assembleia interrompe para referir que não querendo desrespeitar ninguém, essa matéria é da competência da Assembleia, cabendo-lhe a ele dar resposta sobre essa matéria.

O Senhor Presidente da Câmara retoma a palavra para responder ao Senhor Vítor Tomé reforçando que não gostam de funcionar com ilegalidades. Quando formularam o convite aos restaurantes, foram informados que a partir de um determinado montante, tinham de estar inscritos na plataforma. Recusa a forma como foi mencionada a estratégia de não poderem concorrer. "O ano passado, o Senhor Vítor Tomé opinou na reunião, a possibilidade de reunir com os restaurantes, havendo a possibilidade de se unirem para fornecimento de determinadas refeições. Entende que não é a Câmara que tem de se movimentar nesse sentido, mas sim os interessados. Foram todos convidados, uns responderam, outros não. O fato de não terem atingido os objetivos que

pretendiam não pode ser imputado à Câmara. Quanto ao almoço proporcionado ao público na inauguração do Museu, felizmente não houve ninguém que tivesse dito que a ideia não fora boa, bem pelo contrário, disseram ter sido bem servido e de muito bom-tom o envolvimento das freguesias. Quanto ao concurso do espaço a explorar do Wine Bar foi efetivado o concurso, tendo-se apresentado três concorrentes, um deles ganhou, tendo-lhe sido comunicado, e no dia seguinte desistira. Perante o fato a Câmara assumiu o espaço como seu que é, e ir-se-á estudar a melhor forma de avançar com a rentabilidade do mesmo. Quanto ao Senhor Monteiro e relativamente à interpelação sobre o espaço do cidadão conseguido para o concelho, estamos atentos para que seja efetivado o mais rápido possível. Está-se a aguardar resposta da AMA que para já informaram que provavelmente, no início do ano iriam iniciar formação para as pessoas envolvidas no projeto. Quanto ao pedido da Cooperativa dos Olivicultores, está registado, ajudamos as Cooperativas dentro dos protocolos que temos. Já demos alguns passos, inclusive reuniões entre a Câmara, Caixa Agrícola e Cooperativa de Ervedosa. Apesar da ajuda, mas não substituindo as direções, tentamos ajudar as Cooperativas, diga-se no entanto que infelizmente há outras Cooperativas que se encontram em situações idênticas. Em relação ao jantar de Natal dos funcionários da Câmara, concorda ser uma forma de unir as pessoas, mas achou-se este ano que se devia inovar, fazer algo diferente, para se avaliar se é o desejável ou se teremos que fazer de uma outra forma. Respondendo ao Senhor António Balça, as jornadas Cooperativas já são uma realidade, quanto às estradas, há absoluto interesse e não está esquecido, temos um desafio importante que esperamos conseguir ultrapassar. Em relação à reabertura de alguns serviços, mais concretamente do Sistema de Saúde, informou que o nosso concelho pertence a um ACES, que não o mencionado, cujo diretor tomou posse há cerca de um mês. Temos feito várias reuniões, abordado vários assuntos entre eles o das urgências. Ao Senhor Sebastião Mesquita esclareceu que o assunto relacionado com o PRODER está tratado numa ata do Executivo pelo que vai mandar distribuir a mesma para melhor esclarecimento. Quanto à Senhora Engenheira Lurdes Veiga informou que é formadora num curso vocacional paga à hora pelo seu trabalho. Relativamente ao problema da AJE de Ervedosa, a Câmara em conjunto com a Junta de Freguesia estão a tentar arranjar uma solução que pensa estar na fase final. Respondendo à Senhora Anabela diz ter sido, naturalmente, uma informação informal, pois em todas as reuniões que tivera em Lisboa, nunca fora aflorado nenhum problema de falta de espaço para o arquivo no Tribunal de Moimenta da Beira, mas que embora ele não concordasse com a sugestão de proximidade, a Pesqueira iria ficar com um balcão de atendimento de secção de proximidade, por ser um concelho com características diferentes. No que diz respeito às interpelações do Senhor Silva Fernandes para dizer que quando coloca questões é no interesse do concelho e dos munícipes, e as perguntas têm de ser vistas nesta ótica, o Senhor Presidente insiste que o valor patrimonial está plasmado nos documentos que entregou.

O Senhor Silva Fernandes pede para que pensem "porque introduziram nesses documentos um regulamento chamado cadastro e património, que não veio ainda à Assembleia para ser aprovado, mas se o Executivo resolveu colocá-lo, estando previstas as fichas, cumram?"

O Senhor Vítor Tomé aludindo ao direito de resposta remete o Senhor Presidente da Câmara para o Regulamento do Concurso, no ponto 16 - Dúvidas e Omissões "em tudo o que não se encontra expressamente regulado

no presente concurso reger-se-á pelo disposto no código dos contratos dos concursos, aprovado pelo decreto-lei 181/2008, nomeadamente nos artigos 407.º a 425.º com as devidas adaptações e mais legislação aplicável." Nesse código diz que na falta do primeiro, passa ao subsequente, não acontecendo isso é uma ilegalidade. Lembra que tem que achar solução para as mesmas ilegalidades nas animações das festas do concelho.

O Senhor Sebastião Mesquita diz que o Senhor Presidente se evade às respostas. Quanto ao concurso do PRODER, havia um projeto aprovado para melhoramento de caminhos públicos numa centena de milhar de euros. O PRODER pediu determinados documentos e a Câmara não respondeu nos 10 dias solicitados e o Projeto foi reprovado. Não conhece o processo, não estivera na reunião da Câmara, não lera a ata, gostava de uma resposta elucidativa. Quanto ao caso da Engenheira Lurdes Veiga, perguntou se já há contrato, e havendo quais são os valores.

O Senhor Monteiro diz discordar com a opinião do Senhor Presidente em relação ao associativismo e ao cooperativismo. Solicita para alterarem o Regulamento e ajudem. Deve-se ajudar quem precisa, pede para mudarem e ajudarem as instituições que existem a andar para a frente. O Castanheiro fez muito bem, tem uma unidade muito boa, mas também é necessário haver uma, também boa, do lado de cá, que infelizmente em tempo idos, se envolveu num projeto grandioso demais. Não se pode dizer que a direção atual não esteja a trabalhar para conseguir, mas temos todos de ajudar. A Câmara tem de ajudar, e a Caixa Agrícola tem o mesmo dever, dilatando o prazo de pagamento. Há aqui uma Junta de Freguesia que é sempre ajudada pela Câmara. No nosso concelho têm aparecido alguns DDT's que manobram tudo, entram pela fechadura, por baixo da porta, por cima, que dão sempre palmadinhas nas costas e são sempre ajudados. Quer que isso não seja assim, mas que a Câmara apoie e ajude a Cooperativa Agrícola de Ervedosa.

O Senhor Presidente responde ao Senhor Joaquim Monteiro que a Câmara tem colaborado. Com os bombeiros de Ervedosa ajudaram em aproximadamente 400 mil euros. Com o problema da AJE ajudaram em cerca de 85 mil euros. Desde que começaram os problemas com a Cooperativa dos Olivicultores a primeira ajuda foi conseguida com um protocolo tripartido, a Câmara, Cooperativa e Caixa Agrícola, para desbloquear o empréstimo na altura de 37 mil euros para que a Cooperativa não tivesse de repor 252 mil euros recebidos em incentivos. Pagaram juros de uma prestação para que não houvesse falha no contrato que estava a ser acordado. Pensa que a colaboração nunca pode passar pela ótica de que correndo mal, ou paga a Câmara ou outra instituição. Ao Senhor Sebastião Mesquita responde que a pergunta que lhe fizera quanto ao projeto do PRODER, já sabia a resposta, porque lera a ata ou soubera por outros caminhos, reafirmando que está toda a informação na ata que irá mandar distribuir nesta reunião. Sobre a Senhora Engenheira Lurdes Veiga, estão a procurar encontrar a melhor solução para o pagamento, nomeadamente através de ato único.

O Senhor Monteiro pediu a palavra para lembrar ao Senhor Presidente que até parece que Ervedosa leva tudo, "não leva porque somos gente simples e não temos lá nenhum DDT". Ajudaram os bombeiros, não deram dinheiro, adiantaram e estão a descontar. Os bombeiros da Pesqueira gastam muito mais. Se pretenderem pode trazer números, mas não pretende ir por esse caminho. Em relação à AJE refere-se ao edifício sede e não à Associação em si. Há uma dívida e a Caixa Agrícola deu ordem ao tribunal para se proceder a hasta pública. A Junta de Freguesia entende que o edifício não deve ser

para ninguém. O imóvel é da própria Freguesia. A Junta não pode, num Orçamento ou em dois, comprar e resolver o problema, por isso solicita apoio à Câmara. Não podemos contrair empréstimos, porque se o pudéssemos fazer, tê-lo-íamos feito para não aborrecer mais ninguém.

O Senhor Presidente da Assembleia interveio para dar por encerrado o período de antes da ordem do dia, mas antes esclareceu o Senhor Joaquim Monteiro que remetera ao Executivo o pedido formulado na última reunião pelo Senhor José Manuel Vasques, membro da direção da Cooperativa.

Respondendo ao Senhor Vítor Monteiro, atendeu com atenção o email rececionado. Como se torna realmente difícil o acesso a toda a documentação por essa via, pensava nesta reunião, fazer circular um documento nominal no qual poderão exprimir a forma como pretendem receber os documentos: em formato de papel ou por email.

Passados ao ponto 1 da ordem de trabalhos do dia, aceitou inscrições para debate do mesmo.

O Senhor Vítor Monteiro sobre a Atividade Municipal regista com agrado ser mais quantitativa e qualitativa mas continua a parecer-lhe ser mais uma lista de tarefas dos funcionários da Câmara. Deu os parabéns ao Executivo, na pessoa do Senhor Presidente, pela obra do Museu do Vinho. No anterior Executivo tivera conhecimento do projeto, ainda na sua fase embrionária, na altura achou bonito, mas agora com a sua implantação no terreno verificou que realmente é bonito e dignificante. Entende que a estratégia encontrada para o envolvimento da comunidade foi ótima. Sabe, que mandam as regras que o anfitrião não deve colocar pouco à vontade os convidados, mas há entende existirem situações que justificam que se quebre um pouco essa regra, de uma maneira um pouco encoberta, entendendo que devia ter sido feita referência à estrada nacional 222 e há necessidade de vias alternativas. É um pequeno reparo, e espera, com toda a sinceridade, e sem demagogia, que o Museu não se venha a transformar num elefante branco. Quanto à Feira Internacional de Macau é a favor da representatividade em todos os eventos que visem a promoção dos produtos do concelho, desde que se faça uma avaliação de modo a corrigir os pontos menos bons. Manifestou interesse ter acesso e conhecer o relatório enviado aos produtores. Gostava de saber a forma como os produtores foram contactados, se foram contactados só para enviarem os produtos ou se também podiam acompanhar a comitiva. A quem ficou o encargo das despesas da viagem e estadia e quanto se gastou na MIF. A Senhora Anabela Pereira interpelou o Senhor Presidente sobre a ação promocional dos produtos endógenos e das ofertas turísticas no aeroporto Sá Carneiro. Em que moldes é feita essa publicidade e qual o retorno da mesma, uma vez que os turistas já trazem o roteiro organizado e provavelmente não passam por São João da Pesqueira para conhecer o concelho. Sugeriu que essa publicidade, talvez se tornasse mais eficaz, colocada nas agências de viagens ou elaborando roteiros a disponibilizar nos hotéis da região.

A Senhora Lourdes Marinho corroborou com a opinião dos intervenientes em relação ao Museu. Sugeriu que se estabeleçam protocolos com as agências de viagem em especial as que fazem percursos fluviais no rio Douro. Se os turistas se fixassem, uma parte do dia, a visitar aldeias do concelho, conhecer os seus monumentos, a sua cultura, poderiam vir a ser uma fonte económica rentável. Como tem sido feito, o autocarro depositá-los na vila sede de concelho, darem uma volta pelas ruas, quase sempre sem guia a acompanhar, não é nada agradável nem produtivo. Sobre a MIF e por ter conhecimento de algumas críticas, gostaria de perguntar de uma forma

direta, sem maldade, nem envolvimento político, ao Senhor Vítor Tomé, dado ser o único elemento que acompanhou a comitiva fora da representatividade oficial, se custeou a sua viagem e estadia. O Senhor Presidente da Assembleia foi convidado, talvez pelo cargo que exerce, mas não sabe se houve exportadores ou empreendedores do concelho que também acompanharam a comitiva nas mesmas condições. Centrando-se no envio da documentação suporte para as reuniões da Assembleia, por email, referiu que não deu resultado, a documentação é demasiado extensa para ser remetida por essa via. Quando feita a proposta de alteração de dois pontos ao Regimento da Assembleia, pelo Senhor Presidente da Mesa, o Senhor Sebastião Mesquita afluou, pois nem apresentou proposta à mesa por escrito, nem a aclarou convenientemente por palavras, a possibilidade do envio da convocatória e documentos de suporte por email. Quase ninguém se apercebeu, tendo votado em função dos dois pontos, bem explorados através de PowerPoint, não tendo o terceiro ponto sido bem esclarecido. Há pessoas que não têm possibilidade, outras que não sabem e outras que não podem recolher tal documentação por via informática. A prova está na recolha de opinião que o Senhor Presidente fez circular, em que só nove elementos se dispõem à receção online.

O Senhor Eduardo Coelho entende que no Museu deviam coexistir imagens mais vivas e não só em suporte digital ou fotográfico, o barco rabelo, a carroça dos bois, diz haver imitações perfeitas. A existências de tonéis e pipas dariam uma imagem mais efetiva num Museu temático.

O Senhor Sebastião Mesquita fez o reparo da descoordenação dos itens colocados na atividade municipal. Relacionado com a MIF diz que até o reenvio de amostras de Macau para uma outra cidade vem explanado só faltando a guia de transporte. A Câmara deve ajudar as Cooperativas, reconhecendo que não é só o apoio monetário que é importante. Deu o exemplo da Adega Cooperativa de Murça, a qual a penúltima direção deixou na falência, e a Câmara Municipal, não só ajudou financeiramente, como colocou um técnico que está a levar a Adega ao topo e com a dívida quase saldada. Frisam na atividade municipal, orçamento para a criação de uma unidade industrial de comercialização da maçã em Paredes da Beira, será uma ajuda, mas a recuperação de caminhos agrícolas, voltando a referir o caminho da Teixeira, estão na mesma. Quanto à distribuição dos vales escolares foi extemporâneo, têm que repensar. Decerto que há pessoas que não devem receber, comprem os livros e entreguem-nos diretamente para que na haja esbanjamento de dinheiro. Ajudem quem mais precisa e comprem-lhes os livros todos.

O Senhor Silva Fernandes chegou à conclusão de que nos últimos 10 meses foram registadas 92 ações relevantes que representam o esforço de 182 dias de trabalho. Quer dizer que para uma atividade de relevo deste Executivo são precisas 900 horas de trabalho. Só encontrou 5 atividades relevantes no seu concelho, a participação em eventos, na participação da BTL e do salão internacional do setor alimentar, e três obras - o parque de estacionamento dos bombeiros, o Núcleo Museológico do Vinho, o Centro Histórico de Trevões e o Programa Social e Serviços do Gabinete de Apoio ao Emigrante. Mesmo das mencionadas, continua sem saber como está o programa FINICIA, a eletrificação rural, se requalificação do Centro Histórico de Trevões já terminou ou se continua, se o vídeo promocional para os aviões da TAP já está a funcionar, se o diagnóstico social está terminada e disponível e qual o resultado prático do protocolo assinado entre o Município, a Capital Douro e o



grupo Machense e a Agência Paladar. O que sabemos é que na dívida a terceiros em fevereiro estávamos com um milhão e oitenta e seis mil euros e em dezembro com um milhão, novecentos e cinquenta e nove mil, oitocentos cinquenta e cinco euros. Não encontrou, talvez porque o Executivo não considerasse relevante comunicar à Assembleia, nenhuma reunião com qualquer Ministério, Secretário de Estado ou outra unidade da Administração Central. Não encontrou nenhuma reunião com a CCDRN, CIMDouro, Associação de Municípios, outras Câmaras, com o Turismo Porto e Norte, com as Estradas de Portugal, as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, UTAD, Casa do Douro e nenhuma reunião a nível local - Capital Douro, comerciantes, Cooperativas, Finança, Segurança Social, CTT, GNR, com as Misericórdias, Pesqueirâmica, entre outras.

O Senhor Presidente da Câmara pediu para intervir dizendo que pensa que quando não se sabe, tem que se dizer alguma coisa, e normalmente diz-se mal. Está no relatório e nas atas da Câmara, mas como percebe que muita gente não as lê, pediu para serem fotocopiadas as duas que já referenciara e mais, a que descreve o concurso do PRODER, bem como o relatório da MIF. Em resposta ao Senhor Vítor Monteiro diz que todos os produtores são contactados por email, quem pretende estar presente custeia as suas despesas, quem não quiser acompanhar, mas queira enviar os seus produtos, a Câmara encarrega-se de fazer o transporte e divulgação. Em relação à melhoria da estrada 222 ou alternativa de novas vias, não o fez na inauguração do Museu, perante o Senhor Secretário de Estado, porque diversas vezes o fizera nos locais próprios. Aliás na intervenção do Presidente da CCDR, Professor Emídio Gomes, abordou esse assunto. Tem-se obtido muita abertura por parte do novo Presidente da CCDR quanto a essa realidade, porque ele também a conhece bem. Quanto à pergunta formulada pela Senhora Anabela Pereira sobre a ação promocional dos produtos endógenos e da oferta turística existente no aeroporto Sá Carneiro, é uma atividade que está a ser desenvolvida há três anos com o Turismo Porto e Norte. Falámos muito do Museu, mas esquecemo-nos que conjuntamente, fora inaugurado o centro de informação turística, ligação direta à informação turística Porto e Norte e a sessenta e quatro lojas idênticas, com a mesma informação, incluindo uma já existente em Espanha. A promoção é feita na hora, nesse espaço que está online com todas as outras lojas. Ao Senhor Eduardo Coelho diz que tentaram arranjar um barco rabelo não o tendo conseguido. O carro de bois está lá. Refere ainda que a exposição foi montada por uma equipa técnica/profissional, com a ajuda do Município que fez muita recolha pública junto da população. A exposição não vai ser estática, outras exposições irão surgir. Agradeceu a todos os produtores engarrafadores que disponibilizaram os seus vinhos para estarem expostos e também para serem servidos no almoço da inauguração. Ao Senhor Sebastião Mesquita informou que quando iniciaram o acompanhamento à Cooperativa de Ervedosa, uma das ações foi disponibilizar-se ajuda técnica. Neste momento está lá um estagiário que em termos económicos/financeiros, e de acordo com o protocolo assinada entre a Câmara, auxilia a cooperativa. Desde que o pretendam, estamos sempre dispostos a ajudar. Quanto à futura cooperativa da maçã em Paredes da Beira estamos a ajudar sendo que o projeto está integrado no Programa FINICIA, comprometendo-nos, e faz parte do protocolo a ajuda técnico/financeira. Ao Senhor Silva Fernandes responde que o fato de nunca estar de acordo com o formato apresentado da Atividade Municipal, já o dissera muitas vezes. Quando iniciou funções, como Presidente, tivera a



preocupação de analisar o modelo que o seu antecessor utilizava e adotou-o. O Senhor Silva Fernandes, na altura, fazia parte da Mesa da Assembleia e nunca se pronunciara desta forma, como o faz atualmente. Quanto à situação do saldo das operações orçamentais, depende de quando se recebem os duodécimos. A dívida a terceiros está a trinta dias, portanto os compromissos estão dentro da lei. Têm também de ser reembolsados de pagamentos de candidaturas já efetuadas.

O Senhor Presidente da Assembleia interrompe a palavra ao Senhor Presidente, pois devia ter permitido antes da sua intervenção, dar a palavra ao Senhor Vítor Tomé para responder à pergunta formulada pela Senhora Lourdes Marinho.

O Senhor Vítor Tomé diz pensar que o Senhor Presidente da Câmara já elucidaria sobre esse assunto, no entanto, uma vez que lhe fora concedida a palavra, responderia à Senhora Lourdes Marinho que fizera parte da comitiva da MIF, mas que custeou, além das despesas de viagem, outras, inerentes à mesma, como refeições que não fossem as protocolares da abertura da feira. Para além de aglutinador de estabelecimentos comerciais de restauração, tem uma empresa de turismo da qual é fundador, sendo a única do ramo existente no concelho. Fora convidado como representante dessa empresa, para ir à Feira Internacional de Macau. A comitiva do Município, estando a exercer as suas funções, pensa que estava salvaguardada dessas despesas.

O Senhor Silva Fernandes interveio para dizer ao Senhor Presidente da Câmara que evidentemente têm conceitos diferentes sobre o modelo da informação da Atividade do Município, no entanto, ele muda desde que seja para melhorar, não se preocupando com o passado, entende ser pena que os outros mudem só quando a lei a isso os obriga.

Passada de novo, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, este finaliza dizendo que concorda plenamente, e que quando se muda para melhor, ele também o faz.

O Senhor Presidente da Assembleia sugere fazer um intervalo de cinco minutos, para descanso.

Antes de abandonar a sala, o Senhor Vítor Monteiro apresentou um protesto por escrito, à mesa.

Retomados os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do protesto do Senhor Vítor Monteiro, recebido, referente a um requerimento que lhe enviara onde solicitava a inclusão na Ordem de Trabalhos desta reunião, alteração do ponto 1, do artº9 do Regimento da Assembleia. Acrescenta que só poderia aceitar este protesto se tivesse surgido no período de antes da ordem do dia, quando o assunto foi discutido. Neste momento, regista-o mas considera-o extemporâneo. Surgiu no momento atual pelo fato de ter existido um intervalo porque se assim não fosse, fá-lo-ia no final da reunião, o que inviabilizaria a sua análise pela mesa, discussão e votação pelo plenário.

O Senhor Vítor Monteiro pediu para intervir, referindo que quando enviara o requerimento partira do princípio que iria ser atendido e o mesmo viesse contemporizado nos trabalhos da Ordem do Dia da reunião. "Estava à espera disso e não ter de abordar o assunto no período de antes da Ordem do Dia."

O Senhor Presidente da Mesa diz não ser de impasses e que se tivesse de acrescentar algum ponto à ordem de trabalhos, tê-lo-ia feito no início da sessão e colocado à discussão do plenário. "A meio da reunião, entregar o protesto, não lhe parece de bom-tom e colocar neste momento à discussão, um ponto que é um protesto não faz sentido".

O Senhor Vítor Monteiro diz que “não vale a pena estarmos a perder mais tempo, apesar de ter agradecido a prontidão do Senhor Presidente, na altura em que lhe enviara o email, entende que no desenrolar deste assunto não esteve bem. Se quiser considerar o protesto, se não quiser, por ele tudo bem.” O Senhor Presidente da Assembleia reconhece que errar é humano, se considerar que fora um erro não o ter incluído na Ordem de Trabalhos, nada lhe repugna tratá-lo na próxima reunião. Encerrando este assunto passou a recolha de intervenções para o ponto 2.

## **PONTO 2 – Análise, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2015**

Passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para alguma explicação sobre o documento este refere estar ao dispor para tirar algumas dúvidas sobre o mesmo.

A Senhora Lourdes Marinho diz querer ser breve, compreende este Orçamento num conceito de contensão de custos. Fazendo introdução ao seu ponto de vista, lembra que a Senhora Marcolina Sequeira interpelara o Senhor Presidente da Câmara para saber se a escola de pais, proposta numa reunião pela Senhora Lourdes Marinho fora contemplada neste trabalho. O Senhor Presidente respondera que não, ao qual a Senhora Marcolina Sequeira aludira que “ainda bem, pois continua a entender que isso será mais de atribuição da CPCJ ou Segurança Social”. “A sua observação prende-se com o modo como foi compreendida, quando fizera a proposta da escola de pais, terapia de casal. Não pretendia uma escola edifício, mas sim formação de pais, apoiada pela Câmara”. O que a entristece e reprova neste Orçamento é não ver contemporizada essa atividade, em detrimento do que têm feito com outras formações. Vai aprovar o Orçamento, mesmo havendo pontos com os quais não concorda. Fica entristecida quando vê em “designação de estudos e projetos” uma dotação de cento e oitenta e dois mil euros e em “outros” que só não aparece em duas rúbricas, uma dotação de três milhões quinhentos e cinquenta e seis mil e setecentos euros. Com estes valores, que considera exagerados, podiam então ter manifestado a intenção de construir ou iniciar a construção de um CAT (Centro de Atendimento Temporário), pois começariam a trabalhar para proporcionar um melhor futuro das crianças abandonadas ou em vias de o ser. Não vai fazer mais comentários, embora tivesse muitos apontamentos que gostaria de ver esclarecidos, para não ultrapassar o tempo destinado à sua intervenção.

O Senhor António Froufe diz não se ir alongar muito neste ponto, pois “quem não é tido não é achado” no assunto, não se deve manifestar. Constata que é o segundo ano consecutivo que o Município, quer na pessoa do Senhor Presidente, como na dos seus Vereadores, não têm uma conversa de preparação do plano de Atividades e Orçamento, com os Presidentes de Junta. Na rúbrica, Agricultura, pede que tenham cuidado e averiguem o que falhou, para não correrem o risco de fazerem novas candidaturas e voltarem a perdê-las pela falta de entrega de documentos.

O Senhor Vítor Monteiro sobre as Grandes Opções do Plano diz que o investimento acaba por ser repetitivo em relação ao documento do ano 2014. O Partido Socialista anda há mais de uma década a dizer que a melhor forma de utilizar as verbas comunitárias, seria em colaboração com a universidade. Elaborarem um plano de desenvolvimento, não dependente de esta ou daquela ideia, mas sim de uma forma estruturada. Esta será a última oportunidade através do quadro comunitário 2020. Comparou este Plano com

o do ano anterior e verificou que em relação à candidatura do SAM – Software de Aquisição, em 2014 foi contemplado com 113.000.00€ e este ano passou para 30 mil euros, ainda nas candidaturas ao SAM, relativamente ao ano transato há uma diferença para menos, este ano de 77.000€, na página catorze na designação arranjo da zona de pesca na Ferradosa há uma diferença para menos de 30.000 euros. Quando todos dizem que o turismo é o futuro do Douro, há um desinvestimento neste plano, comparativamente ao ano de 2014. Há uma dotação menor no valor de 229.500€. Também na Ação Social não basta ser a verba diminuta como reduzida. Pelo contrário a Festa da Criança e a do São João aumentou para o dobro. Alertou para o fato de que as despesas correntes aumentaram 10%.

A Senhora Maria Helena perguntou ao Senhor Presidente em que se baseou para a construção destes documentos. Reuniu com os Presidentes das Juntas para se informar de eventuais dificuldades e necessidades das freguesias? Há municípios que ouvem os Presidentes e Municípes e após essa consulta bastante pormenorizada e com tempo, é que passam à estrutura do Plano. De uma forma simples, clara e transparente pede para que diga à Assembleia o que o Executivo pretende, ou tem como objetivo, executar em cada freguesia em 2015. "Uma imagem vale mais que mil palavras, seria caso para dizer que obra feita, e à vista dos Municípes vale mais que todos os documentos que o suportam".

O Senhor Silva Fernandes diz, logo na primeira página verificou que é apresentada a perspetiva já avançada da utilização da capacidade total do endividamento, superior a nove milhões de euros. Diz preferir que nessa primeira página se informasse como é que pensam pagar o que se deve. Um Plano de Orçamento em que se admite maior endividamento, não aprova. Depois não vê grande diferença em relação ao do ano passado. O que contemporizam são coisas triviais que já vêm a ser feitas e que em nada têm contribuído para que se reconheça um salto qualitativo. Encontra algo de contraditório e gostaria de ser esclarecido, pois estamos com um Orçamento inferior ao do ano anterior, mas apesar desse fato aumentaram as despesas correntes, concretamente nas despesas com pessoal e na aquisição de bens e serviços. Saliu que esta reunião, pelo que está no Orçamento, custa dois mil e oitenta euros e a Câmara no seu Orçamento tem uma despesa diária de sessenta e quatro mil euros. Apela para que consciencializemos que estamos a gastar dinheiro dos contribuintes. A propósito das verbas transferidas para as freguesias, admira que três freguesias vão gastar o mesmo que o ano passado. Duas freguesias têm uma redução substancial, Paredes e São João da Pesqueira/Várzeas, duas aumentam bastante, Ervedosa e Riodades. Nestas disparidades encontrou algumas justificações, noutras não.

O Senhor Jorge Andrade analisou vagamente o Plano, mas no referente à transferência para a sua freguesia, embora sendo a menor, não sabe como se vai orientar durante o ano, com dezanove mil euros. Sobre a verba destinada à manutenção do cemitério de mil e quinhentos euros, gostaria de saber como chegaram a esses valores, se é por área ou por número de óbitos.

O Senhor Joaquim Monteiro defende há muito tempo que os Planos devem ser participados com os Presidentes de Junta. Tivera o cuidado de convidar o Senhor Presidente e Vereadores "para reunirem connosco, para fazermos chegar as nossas preocupações que já vêm do primeiro mandato". Depara-se novamente com a verba de 500€, que já é dotada há três anos para requalificação do recinto da feira. Lastima ter pouco tempo para expor o que gostaria, pois estudara o documento com atenção. Da sua análise quanto à

nota explicativa, concorda que se deva aproveitar até ao máximo de endividamento para se fazerem obras válidas estruturantes, e se precisamos delas... Até 2020 devemos aproveitar essas oportunidades, mas não as encontra refletidas neste Plano. Aproveitar, planejar e executar sim, gastar mal gasto, não. Pergunta se a dotação de 150 mil euros para o apoio ao cooperativismo está incluído algum apoio à Cooperativa de Ervedosa. Caso não esteja, pretende ver isso registado em ata. A criação de Centros de Convívio, já vem de longe essa ideia, mas só um se concretizou, o de Casais do Douro que funciona na escola desativada. Reconhece que o envelhecimento das populações é cada vez mais galopante sendo necessários esses centros para os jovens e para os idosos. Continua a aparecer a verba para a requalificação do Centro Histórico de Trevões, pensa que deve ser para acabar a obra, bem como também para a zona urbana envolvente à Devesa. Não tem nada contra a Pesqueira, mas acha um critério muito diferente na facilidade de realizar obras em relação às freguesias. Não há um critério idêntico entre a sede e as freguesias, entre elas, a sua que vê adiada, apesar de ser a porta de entrada do concelho, nada se fazendo nas Bateiras. Em relação à construção das ETAR'S há uma previsão de verba adstrita insignificante. Já há cinco anos que lembra o problema de saúde pública que pode advir da situação em que se encontram as fossas de Casais do Douro, as duas de Sarzedinho e a do Chão da Canelha de Ervedosa. Entende não se poder denunciar os privados, quando nós autarcas, não estamos a dar um bom exemplo. Estamos a poluir o rio Torto. Podem responder que esse problema é com as Águas de Trás-os-Montes, mas somos nós que temos as ETAR'S no nosso território. Na designação "Beneficiação em infraestruturas desportivas e recreativas", perguntou se estão contemplados os polidesportivos para os Casais e Sarzedinho, ou continuam a ser promessas. "Comparticipação e ampliação da rede de iluminação pública" Ervedosa foi a freguesia que primeiro teve energia elétrica, e por tal fato a que tem a rede elétrica mais caótica. Já alertara para esse fato centena de vezes, mas parece que não está a ser contemplada, responsabilizando o executivo por todos os transtornos a isso inerente. Preza e acredita na palavra do Presidente da Câmara, vota favoravelmente o Orçamento, embora não seja o plano por si desejado.

O Senhor Eduardo Coelho pede ao Executivo que sejam aplicadas todas as verbas de igual modo por todas as freguesias. Gostaria que na área da agricultura, pavimentação de caminhos rurais, ação social, a abertura dos centros de convívio e turismo, a sua freguesia não fosse esquecida. Na área do turismo, ponto fundamental para o desenvolvimento do concelho, espera que o Executivo faça um bom trabalho.

O Senhor Sebastião Mesquita diz não haver no documento estratégia de plurianualidade conforme o plano é denominado. Não existe estratégia de investimento com retorno no futuro. Há objetivos de precaver os gastos reduzindo ao máximo o endividamento, dado que as linhas orientadoras a nível nacional, do próprio FMI e da chamada TROIKA, definem o contrário. Devia haver objetivos de prevenção. No dia 7-11-2014, no Jornal Expresso foi publicado que o Município de São João da Pesqueira descera no ranking do ITM de 144 para 243 num total dos 308 Municípios.

A Senhora Marcolina Sequeira diz à Senhora Lourdes Marinho que nada tem contra as suas intervenções, diz ser a primeira vez, e estivera alguns anos a fazer parte da Assembleia Municipal, que vê alguém da Mesa a falar. Geralmente quem fala é o Presidente, o primeiro e o segundo Secretários não

falam. Diz não ter percebido as coisas ao contrário, porque ainda é dotada de algumas capacidades intelectuais. Percebera perfeitamente o que a Senhora queria dizer com a constituição da escola de pais, escola física nunca, pois há muitas devolutas "Ainda bem que o Senhor Presidente não pensou nisso e gostaria que não pensasse porque como disse na altura, absteve-se porque há instituições que tratam desses assuntos, CLDS quando esteve constituído e a CPCJ". "Uma coisa sabe, é que a Senhora faz oposição ao seu próprio grupo parlamentar".

O Senhor Presidente da Câmara começou por responder à intervenção da Senhora Lourdes Marinho dizendo que há associações que poderão assumir esse trabalho, a Câmara está ao lado para de certa forma ajudar. Fora-lhe colocada a pergunta, dissera que não se tinha avançado com nenhum projeto, mas que estavam a estudar uma forma ágil de avançar com essa ideia. Ao Senhor António Froufe disse que apostam na agricultura, na intervenção em caminhos e outras situações. "Houve alterações ao Orçamento de 2014 porque essa verba que estava afeta a uma candidatura de eletrificação rural só fora aprovada no fim do ano, logo esse dinheiro não iria ser gasto nessa rubrica, para quê ficar lá? Este ano continua em Orçamento a mesma candidatura. Foi aprovada e está a ser feito os trabalhos para o ano de 2015 se conseguir esse objetivo. "Ao Senhor Vítor Monteiro diz concordar com a assinatura de protocolos com outras entidades, neste momento encontramos a trabalhar com a UTAD. O processo de candidatura 2020 ainda não está concluído, não se sabe concretamente para onde direcionar os objetivos, embora estejamos a trabalhar. À Senhora Maria Helena pode dizer que não é por fazerem reuniões institucionais com as Juntas que se sabe das necessidades de cada freguesia e as preocupações de cada Presidente da Junta. Preferimos, quase diariamente, fazer esse trabalho operacionalizando, conforme as necessidades prementes. Ao Senhor Eduardo Coelho responde que em relação aos centros de convívio existe um nos Casais a funcionar muito bem. Houve um grupo de jovens que quis dinamizar, aproveitando-se essas sinergias, fizeram-se obras e está a funcionar bem. Perguntou porque a Santa Casa da Misericórdia não está a funcionar, pedia ao Senhor Monteiro se o podia esclarecer, pois na altura era Vereador. Em vez de darem abertura à Santa Casa de avançar com o projeto fora arranjada uma comissão para venderem a casa dos bombeiros. Neste momento, embora existam projetos para que avance e consiga desenvolver-se noutro ramo de atividade está moribunda. Lançou o repto a quem quiser ajudar, uma vez que é "irmão" da Misericórdia e todos serão bem-vindos. Ao Senhor Silva Fernandes diz falar sempre em endividamento, sendo este um tema controverso. O nosso endividamento está patente todos os anos, tendo reduzido cerca de 500 mil euros anualmente. "Se baixamos reduz-se alguns custos, porque não esqueçam que nos últimos anos, da transferência do Orçamento Geral do Estado, retiraram-nos cerca de um milhão e duzentos mil euros, e mesmo assim conseguimos reduzir o défice". É apologista da ideia do Senhor Joaquim Monteiro, o endividamento, devidamente controlado e acompanhado, é uma boa aposta. Percebe que haja pessoas que vejam este Orçamento como não objetivo, quanto à dinâmica, considera ser uma opinião que fica registada e que vale o que vale. Em relação às despesas com pessoal, a Câmara de Penedono tem mais pessoal e é um concelho menor. Isso deve-se ao fato da autarquia se preocupar em gerar emprego e levar a que as pessoas se fixem. A Câmara da Pesequeira tem menos pessoal e também se preocupa com o aspeto social. Quanto às transferências para as



Juntas de Freguesia, umas aumentaram, outras desceram, e essa explicação está retratada por itens. Temos mantido todas as transferências desde 2010, embora tivéssemos perdido na altura um milhão e trezentos mil euros. Notou-se alguma exceção nas freguesias que perderam salas de aula ou população. Sobre a limpeza urbana, os valores apresentados são pagos às freguesias onde há ruas em que o carro de recolha de lixo não consegue entrar. Nesse caso tem de ser uma empresa a fazer esse serviço. Ao Senhor Jorge Andrade informa que as transferências para as freguesias não derivam da lei. As únicas transferências vêm do Orçamento de Estado de três em três meses. Já há dois anos que a Câmara decidiu fazer essas transferências mensalmente para que as Juntas possam gerir as suas despesas com mais equidade. Para além disso há as outras obras que a Câmara executa nas freguesias. Quanto aos cemitérios a verba tem a ver com a dimensão. Concorde com o Senhor Joaquim Monteiro em relação à necessidade de se ter de fazer mais, dizendo que se faz os possíveis por responder às solicitações. Na última assembleia disseram se podíamos avançar com o projeto de requalificação do espaço da feira, e já estamos a agendar o projeto. O valor do apoio ao cooperativismo e relativamente à participação financeira, se está incluída a Cooperativa de Ervedosa, diz que a Câmara nunca deu dinheiro. Há o protocolo que tem de ser cumprido e o regulamento pelo que já tivemos reuniões com a Junta e Cooperativa e têm-se arranjado soluções, e é isso que continuaremos a fazer, ser parceiros nessas soluções. Sobre a eletrificação em Ervedosa, já falaram os dois, e juntamente com o Senhor Engenheiro Miguel vimos a necessidade de estarmos a tentar remodelar a estrutura e utilizar Led's em todas as freguesias e já contactamos com a EDP e com os técnicos da Câmara, conforme as disponibilidades que existirem, para por o projeto em prática. Não dependerá só da Câmara, iremos através de uma espécie de leasing e resolver esse problema em todas as freguesias do concelho. Ao Senhor Sebastião Mesquita responde que se reparou, o Orçamento baixou cerca de quinhentos mil euros. As notícias do Expresso valem o que valem e o ITM tem o peso que tem, não estamos nos maus, nem nos bons, estamos nos médios.

O Senhor Eduardo Coelho diz que muitos falaram sobre as reuniões preparatórias com os Presidentes de Junta, mas no seu entender, não valoriza muito esse aspeto porque durante o ano vão pedindo ajuda ao Senhor Presidente, ele ouve, chegando ao fim do ano a saber de todas as necessidades das freguesias. Relativamente ao que questionara sobre a Santa Casa da Misericórdia, considera ser uma pena, "porque os jogos dão muito dinheiro, nós não estamos a aproveitar e os outros concelhos estão".

O Senhor Joaquim Monteiro diz ter assinalado todos os pontos respondidos pelo Senhor Presidente da Câmara. Este documento deve ser conhecido e as freguesias devem saber com o que devem contar porque ser abordado pelos habitantes da sua freguesia e ouvir dizer "você não faz nada", "você não pede nada", "a Câmara tem tanto dinheiro e não tem nada para cá" é difícil, não sabendo o que responder. Vai por isso enviar por escrito para o Presidente da Assembleia e Presidente da Câmara os seus anseios e necessidades. Foi eleito para defender os interesses daquela freguesia e por isso têm direito a uma resposta.

O Senhor Presidente da Assembleia refere que conforme já solicitara esse anseio anteriormente, vai ser anexado a esta ata, em documento, o relatório enviado.

Na continuidade da sua intervenção, o Senhor Joaquim Monteiro diz não lhe ter sido respondida a questão sobre a quem seriam destinados os cento e cinquenta mil euros, no âmbito do cooperativismo. Quanto à eficiência energética, a verba é de cerca de duzentos mil euros. Sabe que há dois projetos, Soutelo e Paredes, pergunta "não há nenhuma obra piloto para os lados de baixo?" considera que as reuniões com as Juntas são essenciais, pois do bolo, cada um dava uma ideia, não iria tudo para a nossa freguesia, podendo negociar-se e dividir-se de acordo com as necessidades mais prementes de cada uma. Era uma honra como Presidente da Junta, ver refletido neste plano, uma obra a realizar na sua freguesia. Na requalificação do lugar das Bateiras gastarem-se um milhão ou dois milhões, era uma obra estruturante e viam-se reconhecidos os gastos. Quanto à Santa Casa da Misericórdia ainda não era autarca nessa altura. O Senhor João Costa fundou uma instituição, na altura denominada AITI, mais tarde Pesqueiramiga, com uma grandeza que ainda hoje mantém, e louva o trabalho que tem sido feito. Sabe, quando iniciou funções na Câmara, que a Santa Casa tinha muitos bens inativos, ninguém fazia nada, e o Senhor João Costa tomou em mãos a criação de uma instituição de solidariedade social que substituiu a Santa Casa porque esta não funcionava.

A Senhora Lourdes Marinho fez um simples esclarecimento para dizer que não entende a razão do fato de fazer parte da mesa ser impeditivo de fazer intervenções e tomar a palavra como qualquer outro Membro da Assembleia. Lamenta "que não compreendam que tem direito a ter voz, se os seus antecessores não queriam intervir era lá com eles". Entende que é a sua maneira de defender os direitos de quem a elegeu. O fato de fazer parte de um grupo político e criticar algumas opções do mesmo, é uma crítica construtiva, não entende a crítica só como destrutiva. Fazendo-a construtivamente pode corrigir-se e aprender. Desagradou-lhe ver dotações em certas designações que se podiam contornar ou adiar. Aparecer contemplada no Plano uma obra de fundo e que a Pesqueira necessita e que gostaria de ver desenvolvida, era um Centro de Acolhimento Temporário para crianças abandonadas retiradas dos pais ou em vias de adoção. Cada vez que entenda intervir para defesa dos munícipes irá continuar a fazê-lo.

O Senhor António Froufe alertou o Senhor Presidente que durante o ano foram anuladas várias rúbricas, quer na pavimentação de caminhos agrícolas, quer na eletrificação rural. Folga saber que o Senhor Presidente sabe as necessidades das freguesias, desafiando-a ver se acertaria na pretensão da União de Freguesias de Trevões e Espinhosa para o ano de 2015.

O Senhor Presidente da Câmara intervém para reafirmar que estão para trabalhar em conjunto e daí as conversas que vão tendo com ele ou com os vereadores. Essas preocupações são analisadas e trabalhadas para que se possa elaborar um Orçamento sustentado. Quanto à Pesqueiramiga está a fazer um excelente trabalho o qual em tempo, se assim tivesse acontecido, seria efetuado pela Santa Casa o qual poderia ser integralmente executado pelas mesmas pessoas e da mesma forma. Na altura, a Santa Casa, foi a primeira instituição a pensar que era necessário uma casa mortuária, a que existe, era o "Centro de Saúde da Pesqueira", portanto estava ativa e tudo o que era feito era com base em donativos. A AITI nasce cinco, seis anos após o 25 de abril, sendo que a Santa Casa da Misericórdia existiu muito antes. Tinham Património e acredita que de certa forma tem sido delapidado. Frisa que o que dissera não tem nada a ver com o trabalho que a Pesqueiramiga executa que acha ser super meritório. Os cento e cinquenta mil euros são destinados a



tudo o que esteja integrado no cooperativismo. Havendo necessidade de ajuda para a Cooperativa de Paredes, Ervedosa ou outra que venha a aparecer, disponibilizarão esse auxílio. Ao Senhor António Froufe, respondendo ao desafio feito, diz ter uma listagem do que queria ver executado. Se fizesse tudo, para além do que já se fez, posto avançado dos bombeiros, requalificação urbana que tem vindo a ser feita e o Centro de Espinhosa, não haveria verba que chegasse para as outras freguesias. Através de conversas informais sabe bem o que precisam, exceto se mudaram de opinião.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação as grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2015, tendo sido aprovado por maioria, com os votos contra dos Senhores Sebastião Mesquita, Vítor Monteiro e das Senhoras Maria Helena Monteiro, Marcolina Sequeira e Anabela Pereira. Absteram-se os Senhores Vítor Tomé, Silva Fernandes, António Balça, António Froufe e a Senhora Lurdes Veiga.

Transcrevem-se declarações de voto da Senhora Marcolina e Senhor António Froufe.

A Senhora Marcolina diz ter votado contra, por não espelhar qualquer investimento relevante que venha contribuir para o desenvolvimento do concelho. Encontra "rúbricas dotadas de verbas avultadíssimas que se traduzem em mero folclore político". Considera que se não há investimento não deve haver endividamento. Se para o Senhor Presidente da Câmara o pagamento de quarenta e cinco mil e setecentos euros mensais de dívida não é significativo, a única situação que lhe restava era votar contra.

O Senhor António Froufe absteve-se por os Presidentes de Junta não terem sido ouvidos para o estudo de elaboração do documento. Por tal fato não lhe cabe aprovar o Orçamento.

### **PONTO 3 – Análise, discussão e votação do Mapa de Pessoal para o ano de 2015**

O Senhor Presidente da Assembleia cedeu a palavra ao Senhor Presidente no caso de querer apresentar algum esclarecimento.

O Senhor Presidente da Câmara disponibilizou-se a esclarecer qualquer dúvida.

O Presidente da Mesa perguntou se alguém se pretendia inscrever para análise e discussão do ponto. Não se registando qualquer inscrição, passou à votação do mesmo, tendo sido aprovado por maioria. Absteram-se os Senhores Eduardo Coelho, Jorge Andrade, Vítor Tomé, Sebastião Mesquita, Silva Fernandes, Vítor Monteiro e as Senhoras Marcolina Sequeira e Anabela Pereira.

### **PONTO 4 – Análise, discussão e votação da Proposta de Regulamento Municipal de Venda e Arrendamento de Habitações;**

Passada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara informa que o documento já estivera em discussão pública, foram enviados algumas opiniões, algumas das quais aceites como válidas, voltou a reunião de Câmara com as devidas alterações, tendo sido aprovado. Não será perfeito a 100%, mas é o que apresentam para decisão da Assembleia.

O Senhor Presidente da Assembleia registou inscrições para intervenção do Senhor Silva Fernandes e das Senhoras Marcolina Sequeira e Lourdes Marinho.

O Senhor Silva Fernandes perguntou ao Presidente da Mesa se haveria validade na análise deste ponto dado ter sido posto a discussão pública sem os anexos, querendo saber qual a posição da Mesa.

O Presidente da Mesa responde que pelo que constatará, os anexos são fichas de inscrição, não tendo necessariamente de fazer parte do Regulamento, tendo sido essa a informação que obtivera juridicamente. Não vê qualquer impedimento para que não seja discutido e votado.

O Senhor Silva Fernandes prossegue referindo-se à alínea h) do ponto 3 do artigo 20.º considerando que quando se exige a "declaração do Instituto do Vinho do Douro e do Porto comprovativa do concorrente e dos restantes membros do agregado familiar não integrarem os beneficiários do mosto generoso" e na alínea i) do mesmo ponto e artigo "nota de liquidação de mosto generoso emitida pelo IVDP referente à última vindima, caso não seja apresentada a declaração da alínea anterior", nota não ser um critério seletivo. Questiona "se a pessoa não tiver vinho generoso e tiver uma quantidade enorme de vinho de mesa?" Parece-lhe ser um preconceito que não faz sentido. Quanto ao ponto 4 e do mesmo artigo parece-lhe ser uma exigência um pouco caricata, considerando que se os concorrentes apresentarem uma declaração passada pela Repartição de Finanças ou Conservatória, os serviços municipais não vão pôr em causa esse documento. Entende ainda que o ponto 5 do mesmo artigo poderia ser eliminado, pois não vê qual seria a repartição portuguesa que iria passar um documento numa língua estrangeira. Sobre o artigo 57.º do ponto 1 "falta dizer como se calcula, este preço de vendas das casas é o preço comercial? Este preço é aferido por uma ou duas imobiliárias? É alguém que diz quanto vale a casa?" Considera esta situação um bocado ambígua. Acrescentaria, por achar que faz falta, uma cláusula com a redação seguinte "após a venda da casa o comprador não poderá transacioná-la pelo período de três anos, salvo razões especiais e apreciadas caso a caso". Entende que podemos estar a fazer uma venda fictícia, alguém pode comprar a casa e a seguir vendê-la, como aconteceu com os CTT em Coimbra, que passados dez minutos valia três vezes mais.

A Senhora Marcolina Sequeira diz que mais uma vez, desde que iniciaram este mandato, a sensação que tem é que andamos a brincar aos Regulamentos, dado que todos os que têm vindo para aprovação, não são mais do que réplicas dos já existentes. Concorda que voltem à Assembleia desde que tragam algo de diferente ou inovador. "A história da habitação social já tem barbas, chegando-se à conclusão que o anterior Regulamento não era exequível. Previa a abolição do arrendamento porque se considerava que a Câmara não tinha condições para ser Senhorio. Sabemos que as casas que estão alugadas têm rendas baixíssimas e os inquilinos, mesmo assim, têm rendas em atraso. O Regulamento previa ser um Técnico da Câmara e um elemento da Segurança Social a entrevistar os interessados que detinham condições para concorrer. O Regulamento veio à Assembleia, foi aprovado, mas as casas nunca foram a concurso." "As pessoas questionam se andamos a gozar com elas."

A Senhora Lourdes Marinho considera que o art.º 42.º - Critérios de Classificação do Agregado Familiar na sua alínea f) do Ponto 4 devia ser mais valorizada e posicionada, num lugar considerado de prioridade mais relevante. Sobre o art.º 53.º - Transmissão por divórcio, tanto o ponto 1, como o ponto 2 do mesmo, não acautela os menores que façam parte do agregado familiar. Esclarece o que acontece quando há um divórcio ou uma separação judicial e os menores ficam entregues ora a um ora a outro. Gostaria que este Regulamento salvaguardasse que a casa deva continuar na posse do cônjuge que tem a guarda do menor. Quando há casos de violência doméstica, a

vítima e os menores têm sempre de sair de casa, para não estar junto do agressor. Esse pode ficar no seu ambiente, no seu lar, as vítimas é que têm de ser institucionalizados quando nenhum familiar mais próximo da criança assuma o seu encargo. O Regulamento poderia, para esses casos, contemporizar a vida dos menores. Quem deve perder o direito à casa, deve ser o agressor, mesmo que esse seja o arrendatário, em benefício do cônjuge que ficar com a guarda da criança.

Seguem-se diversas opiniões sobre se devemos discutir e analisar o Regulamento ou só votá-lo.

O Senhor Norberto entende que dado ter já sido tornado público para recolha de opiniões, que só teremos de o votar.

O Senhor Monteiro diz que a Assembleia pode aconselhar o Executivo a alterá-lo.

O Senhor Presidente da Mesa diz que havendo alteração tem de ir novamente ao órgão Executivo.

A Senhora Marcolina Sequeira reafirma que "por isso é que nos foi enviado previamente, tivemos tempo para o analisar e enquanto cidadãos colocarmos as nossas opiniões melhorando-o no período de discussão pública. Quando o Regulamento vem à Assembleia é para ser aprovado".

O Senhor Presidente da Câmara refere que este Regulamento que foi aprovado pelo Executivo pode não ser perfeito, no entanto estivera trinta dias em discussão pública, houve apenas duas sugestões, uma do Senhor Silva Fernandes e outra da Engenheira Conceição bastante idênticas. Relembra que se passou a mesma confusão com o Regulamento do Cooperativismo. Foi decidido que seriam enviados aos elementos da Assembleia quando fosse tornado público, por isso houve tempo para fazerem chegar sugestões em tempo oportuno. Embora se possa discutir agora, não pode ser alterado, pode é não ser aprovado.

O Senhor Silva Fernandes levantou o fato dos critérios seletivos do vinho, pois não conhece ninguém da região do Douro que tenha cem ou duzentas pipas de vinho consumo e que as consiga vender bem. Este Regulamento já foi alterado, agora vem de novo com uma ou outra alteração porque a conjuntura que hoje se vive é diferente da de dois, três ou cinco anos. Quem quer comprar uma casa não tem possibilidades porque os bancos têm os créditos praticamente encerrados. Nesse caso a opção é poderem arrendar. Deixa à consideração se aprovam agora ou se retrocedemos. O Senhor Silva Fernandes reforça que na Ordem do Dia diz, análise discussão e votação, deve haver bom senso, os alertas que podem surgir devem ser dados. Foi sensível às sugestões da Senhora Lourdes Marinho porque lhe pareceu importante, e se ficar registado em ata, independentemente da aprovação, o Executivo deve considerá-las. Em relação ao que o Senhor Presidente da Câmara disse, o vinho generoso é controlável, mas há quem venda uvas para o Minho a ganhar mais do que no Douro, não sendo assim controlável.

A Senhora Lourdes Marinho concorda com vários intervenientes, mas tem de respeitar o que lhe é solicitado "análise, discussão e aprovação". A colocação do documento por via informática, tínhamos que estar disponíveis para andar todos os dias a ver se já aparecia no site da Câmara. A Senhora Marcolina Sequeira diz que os Regulamentos são réplicas, considera ser o melhor momento para que deixem de o ser. Vamos aproveitar outras sugestões que surgiram, não para reprovar o Regulamento, mas para o enriquecer. Há necessidade que seja aprovado hoje porque pode prejudicar terceiros, tudo

bem, mas faria questão que as suas opiniões fossem contemporizadas, em prol da defesa dos direitos das crianças.

O Senhor Sebastião Mesquita diz que o Senhor Presidente "nos encosta sempre entre a espada e a parede", quando da aprovação do Regulamento das Associações fez o mesmo discurso, ou aprovam ou a Associação x ou y sem receber. Se assim querem vota favoravelmente, não estamos aqui a gastar dois mil e tal euros para não se poder discutir.

O Senhor Presidente da Câmara refere não ter dito que era obrigatório aprovar hoje, não está a forçar ninguém, só sabe que há interessados, o inconveniente é as pessoas esperarem mais dois meses.

O Senhor Silva Fernandes tem dúvida e questiona se "haverá algum impedimento do documento ser aprovado com as sugestões feitas e aprovadas, ou se será obrigatório ir de novo a discussão pública".

O Senhor Presidente da Assembleia aceita a dúvida, pois também a tem. Pela lógica entende que a Assembleia como órgão deliberativo poderia não carecer que o documento voltasse a discussão pública.

O Senhor Norberto Vieira diz que houvera muito tempo para analisar, o Senhor Silva Fernandes, quando do Regulamento do Cooperativismo, forçou a votação e foi o primeiro a dizer para se voltar ao princípio se não fosse votado.

O Senhor Silva Fernandes intervém para referir que não fora ele que forçara a votação do Regulamento do Cooperativismo, mas sim o Senhor Presidente da Câmara, e o que ficara acordado, e consta da ata dessa reunião na página 31, por sugestão do Senhor Presidente da Mesa, que o documento viesse novamente à Assembleia na sessão seguinte.

O Senhor Presidente coloca a votação o Regulamento o qual foi aprovado por maioria com a abstenção do Senhor Eduardo Coelho.

**PONTO 5- Análise, discussão e votação da Proposta de fixação da Taxa de Derrama, nos termos do disposto no artigo 18.º da Lei n.º73/2013, de setembro (Lei das Finanças Locais);**

O Senhor Presidente da Câmara tomando a palavra esclareceu que fora alertado para o fato de a Câmara poder lançar a derrama sem afetar diretamente os empresários do concelho. As grandes empresas têm as suas sedes em Gaia, no Porto, nos grandes centros, firando no nosso território os seus rendimentos. Os Municípios podem deliberar o lançamento de derramas até ao limite máximo de um e meio por cento sobre o lucro tributável e não isento de imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas que corresponda à proporção do rendimento gerado na área geográfica. Exemplificando, uma empresa que pague o IRC em Gaia, era todo revertido nesse concelho. A empresa não é prejudicada porque não vai pagar mais, vão-se retirar verbas ao Município onde estava a ser revertido indevidamente, entrando para os cofres da autarquia por a exploração estar implantada na sua área geográfica. Como não é possível isentar os empresários do concelho a Câmara propõe lançar uma taxa reduzida de derrama para sujeitos passivos com um volume de negócios, do ano anterior, que não ultrapasse os cento e cinquenta mil euros, sendo o mínimo de 0,01.

O Senhor Sebastião Mesquita pede a palavra para perguntar ao Senhor Presidente qual foi o valor respeitável da receita deste imposto, no ano anterior.

O Senhor Presidente diz não terem dados a referenciar pois será o primeiro ano que irá vigorar, caso a Assembleia aprove a proposta. Se se puder avançar

terá de se elaborar o estudo de forma a saber quais os lucros que as empresas têm e qual a sua área geográfica.

O Senhor Sebastião Mesquita diz existir uma falta de coerência. O valor das taxas podem ir de 0 a 1,5%, só para um volume de negócios superior a cento e cinquenta mil euros, ou superior a 50 mil euros.

O Senhor Presidente da Câmara esclarece lendo o art.º 18.º que diz "os Municípios podem deliberar, lançar anualmente uma derrama até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável, sujeito e não isento, de imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas que corresponda à proporção dos rendimentos integrados na sua área geográfica", a seguir o ponto 4 diz "a Assembleia Municipal pode sob proposta da Câmara Municipal deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios do ano anterior que não ultrapasse os 150 mil euros". Não falara em 50 mil euros. A taxa de 0,01 é o mínimo. As Finanças não deixam isentar, portanto fixaram no mínimo 0,01.

O Senhor Joaquim Monteiro questiona se uma é sobre o lucro, outra é sobre o volume de negócios pretendendo saber se são duas coisas diferentes?

O Senhor Presidente da Câmara diz que é sempre sobre o lucro. Em 149 mil euros, a taxa tributável é 0,01 do lucro, se ultrapassar os 150 mil euros, a taxa é de 1,5% sobre o lucro.

Não existindo mais necessidade de esclarecimentos, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação sendo aprovada por maioria com a abstenção do Senhor Sebastião Mesquita.

**PONTO 6- Análise, discussão e votação da proposta de fixação da participação variável no IRS, nos termos do disposto no n.º1 do artigo 26.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais);**

O Senhor Presidente da Câmara diz manterem a lógica dos anos anteriores, baixar 1%.

Admitidas as inscrições para discussão deste ponto, o Senhor Sebastião Mesquita pretendeu saber qual o valor que a Autarquia arrecadou no ano anterior e qual é o expectável para o ano de 2015 e qual o estudo baseado para estes números.

O Senhor Presidente da Câmara diz que, a Autarquia com esta diminuição, perde cerca de 20 mil euros, pode fornecer os dados corretos com os valores cobrados e o valor que corresponde ao que as pessoas não entregam.

Não havendo mais inscrições o Presidente da Mesa colocou a proposta a votação, a qual foi aprovada por maioria, com a abstenção do Senhor Sebastião Mesquita.

**PONTO 7- Apreciação da Auditoria Externa do ROC, referente ao 1.º Semestre de 2014**

O Senhor Presidente da Câmara não tem nada a esclarecer, disponibilizando-se para tirar dúvidas.

Abertas as inscrições o Senhor Presidente da Mesa passa a palavra ao Senhor Silva Fernandes.

Inicia a sua intervenção reconhecendo que o documento é de junho, na reunião de setembro não foi discutido, porque não estava na ordem do dia. Considera que devia ter sido analisado antes da elaboração do Orçamento.

Há uma contradição que se prende com a legislação e que temos de aturar. O legislador impõe ao auditor externo que elabore semestralmente uma informação sobre a situação económica e financeira, mas o Município não é obrigado a fazê-lo. O documento acaba por ser incompleto. Na página 6 a execução orçamental apresenta-se equilibrada e dentro dos parâmetros do POCAL tendo de se reconhecer que o Executivo tem uma atuação positiva. Depois refere que a dívida, em 30 de junho de 2014, ultrapassa os seis milhões e seiscentos mil euros, o que acha preocupante. A dívida bancária representa para a Câmara um esforço mensal de quarenta e cinco mil e setecentos euros, quer dizer que são quinhentos mil euros por ano só em juros. Pergunta ao Executivo como pensa pagar esse dinheiro. O prazo médio de pagamento a fornecedores é de quarenta e seis dias, o auditor diz ser desejável que o prazo seja encurtado para trinta dias. Na página 2, no domínio da despesa, verificou-se uma redução de investimento, é verdade e positivo, mas em contrapartida o auditor alerta verificar-se um aumento com pessoal, bens e serviços. Com uma receita própria de 21% e a transferência da Administração Central de 73%, conhecedores do que se passa, qualquer que seja o partido que esteja no governo, vão ser obrigados a reduzir, questiona-se como é que a Câmara da Pesqueira pensa sobreviver com uma dependência de 73% da transferência da Administração Central. Encontramo-nos situados no Interior, por vezes encontra-se a desculpa nesse fato, mas dos 35 concelhos com eficiência financeira, melhor situados no ranking, Aguiar da Beira está na décima quarta posição, Carraceda de Ansiães em décima sétima, Penedono vigésima e Sernancelhe na posição trigésima quinta.

O Senhor Sebastião Mesquita considera o momento de discussão do documento extemporâneo, ficando as notas dos auditores que demonstram uma permuta entre diminuição de despesas e investimento e aumento da despesa com pessoal e aquisição de serviços. Os auditores não mentem revelando que não há preocupação com as despesas. Verifica haver aumento de 17% nas despesas derivado ao aumento de pessoal.

O Senhor Presidente da Assembleia relembra ao Senhor Sebastião Mesquita que já esclarecera quando rececionara o documento, na reunião de setembro, que não é obrigatória a sua discussão em Assembleia Municipal. Deve ser dado conhecimento do mesmo à Assembleia. A pedido do plenário na referida reunião considerou-se oportuno discuti-lo hoje, por esse fato o considerou nesta Ordem de Trabalhos da reunião.

Passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que reconheceu que por vezes não se quer ver o que está visível, ou então não sabemos interpretar. No mapa de empréstimos a médio e a longo prazo diz que a Câmara tinha em endividamento inicial e consecutivo, já de anteriores mandatos, o único que fora efetuado pelo Executivo, desde que fora eleito pela primeira vez, foi de oitocentos mil euros em 11-05-2010. Refere o mapa que as amortizações no ano foram de quatrocentos e noventa e três mil, cento e quarenta e oito euros e oitenta e seis cêntimos. Os juros foram de trinta e quatro mil, setecentos e onze euros e setenta e nove cêntimos, por isso longe dos valores que foram aqui levantados. Que fique registado que o capital em dívida este ano são cinco milhões, quarenta e seis mil, oitocentos e setenta e dois euros e trinta e nove cêntimos, em 30 de dezembro de 2014. Está provado no Plano de Orçamento, não tem nada a ver com os valores que leram no documento enviado em setembro pelo ROC. É um documento de reflexão de ajuda à

estrutura e ao trabalho que desenvolvemos. É para isso que serve, sendo pena ter sido analisado fora de tempo.

O Senhor Silva Fernandes refere não ter feito perguntas, mas sim analisado o que o auditor apresentou. Veio para ser apreciado na Assembleia nem foi apresentado pelo Executivo. É evidente que o documento é de junho, independentemente das considerações que possam ser apreciadas. "Se o Executivo ontem tivesse pegado no dinheiro e pagasse tudo, isto era tudo falso, até o que está no Orçamento está pago, portanto a gente tem que discutir é o que está aqui".

O Senhor Presidente da Câmara intervém para reconhecer que o Senhor Silva Fernandes tem razão, mas antes de fazer estas observações, deveria fazer uma triagem das informações que tem. Faz referência a contas de junho mas tem outro documento entregue há alguns dias, já em dezembro. Houve evolução neste meio ano, por isso os valores de hoje são os que são realmente reais.

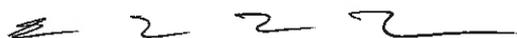
O Senhor Presidente da Assembleia dá por encerrada a discussão dos pontos da Ordem do Dia, colocando a votação, em minuta dos pontos 2, 3, 4, 5 e 6 verificando-se a aprovação dos mesmos, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Câmara desejou votos de um Bom Ano e antes de se ausentarem mandou distribuir uma pequena lembrança, pois sabe que nem todos irão estar presentes no jantar oferecido aos Membros da Assembleia. O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu o empenho dado por todos nesta reunião, desejou umas boas entradas no Novo Ano, dando por encerrada a sessão.

#### **ENCERRAMENTO:**

Foi lavrada a ata, à qual anexamos quatro documentos devidamente identificados. Um deles, por solicitação do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa do Douro e os outros por terem sido distribuídos na reunião e objeto de análise.

Depois de lida, posta a votação e aprovada por maioria irá ser assinada pelos membros que constituem a mesa.



## Anexos à ata n.º6/2014

**Anexo n.º1 – “Ficha exemplificativa de inventário patrimonial”;**

**Anexo n.º2 – “Lista nominal dos elementos que pretendem rececionar os documentos para as reuniões, em suporte de papel ou online”;**

**Anexo n.º3 – “Ata n.º25/2014 da reunião ordinária da Câmara Municipal de S. João da Pesqueira realizada em 20 de novembro de 2014”;**

**Anexo n.º4 – “Listagem de Obras e Intervenções Necessárias e urgentes nesta freguesia”.**

## Anexo nº 1

## FICHA DE INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO EDIFICADO – FIPE

## CAPELA DE SANTO ANTÓNIO – ( PEREIROS )

**1- DESIGNAÇÃO**

Capela de Santo António

**2- TIPOLOGIA**

Capela. Edifício para culto religioso católico

**3- CRONOLOGIA**

Séculos XVI-XX

Construção: século XVII (primeira metade/meados); 1647: retábulo;

1668: sepultamento do padre Domingos Antunes; trabalho de artesoado: século XVIII (1.ª metade).

**4- PARÓQUIA**

Santíssimo Salvador de Pereiros – Diocese de Lamego

**5- FREGUESIA**

União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros

**6- CONCELHO**

São João da Pesqueira

**7 – NUT**

NUT III (Douro)

**8- DISTRITO**

Viseu

**9 – PROPRIEDADE**

Família Pita Negrão

**10- LATITUDE/LONGITUDE**

41.03.52 N / 7.21.19 W

**11- COTA**

617 metros (altitude)

**12- CÓDIGO INVENTÁRIO ARQUITECTURA****13- CÓDIGO NACIONAL DE SÍTIO****14- CLASSIFICAÇÃO / PROTECÇÃO**

Não possui

**15- CATEGORIA DE PROTECÇÃO PROPOSTA**

Imóvel de Interesse Público

**16 - BREVE CARACTERIZAÇÃO**

Edifício destinado a culto religioso católico, denominado capela, edificado frente ao adro da igreja paroquial do Santíssimo Salvador de Pereiros. Planta retangular de uma só nave, de duas águas, apresenta dois vãos de acesso: o principal, voltado a noroeste e outra, lateral, voltada a nordeste. No interior apresenta património integrado: um altar com retábulo e tecto com trabalho de artesoado. No chão uma lápide sepulcral com indicação do sepultado e data de enterramento (1668). Sofreu várias alterações desde a sua edificação (1.ª metade do século XVII) até à actualidade, nomeadamente alterações nas coberturas, vãos e paredes ao nível do reboco.

**17- CONSERVAÇÃO****18- FONTES**

Resende, Nuno - Pereiros: São João da Pesqueira. [s.l]: Associação dos Amigos de Pereiros, 2 011. - A paróquia do Santíssimo Salvador de Pereiros.

Resende, Nuno - Capela de Santo António. [São João da Pesqueira]: Associação dos Amigos de Pereiros, 2013.



Nome do Membro	Contribuinte	Telemóvel	Residência	Data 29/12/2014	
				PATEL Presente	DIG-IT Faltou
Eduardo Jorge Pereira Rocha	171351223	919843592	Av. João do Nascimento Costa, 5 5130 S. João da Pesqueira		X
Alberto Júlio da Silva Fernandes	180377981	919499906	Rua Alves Redol, 314 - 3.º Esq. B 4050-043 Porto	X	
Maria de Lurdes Cardoso Carvalho Veiga	134608500	962330581	Rua da Cruzinha, 4 - Espinho 5130-301 S. João da Pesqueira	X	
Marcolina Adelaide Ferreira Sequeira	142937304	933207716	Rua da Fonte Nova 5130-406 Soutelo do Douro		X
Fernando José Martins Pereira	208841172	926488008	Rua Dr. Paradeira de Oliveira, 17 5310-348 S. João da Pesqueira		
Vitor Manuel Magalhães Monteiro	124829333	965545256	Av. da Dessargues, 20 5130-355 S. João da Pesqueira	X	
Manuel Sebastião Vasques Mesquita	203004248	933216251	Quinta das Aranhas 5130 Ervedosa do Douro	-	X
Paulo Alexandre Ribeiro Bito	256212538	911039492	Rua do Cômbaro 5130-281 Pereiros SJP	X	
António José Lopes Balça	152588400	925780557 938391692	Rua de S. Domingos 5130-028 Castanheiro do Sul	X	
Maria de Lurdes Lopes Marinho Costa	120492547	964158453	Rua do Adro, 7 5130 Ervedosa do Douro	X	
Maria Helena da Fonseca Soares Monteiro	142242322	960383063	Rua Chão da Cruz, 22 5130-079 Ervedosa do Douro		X
Norberto Gonçalves Vieira	181233543	934902720	Bairro do Adoviso 5130-373 S. João da Pesqueira	X	X
Anabela Pereira Lopes	191494470		Rua marquês de Pombal, n.º 14 5130-567 S. João da Pesqueira	X	
Vitor Adelino Porfírio Tomé	204875188	937814570	Av. Marquês de Soveral, 34 5130-321 S. João da Pesqueira	X	
José António do Nascimento Lopes	172083435	938436699	Rua Luís de Camões 5130-227 Nagoselo do Douro		X
José Manuel Guedes Vilas Boas	194215350	968 697284	Rua da Fragaç 6 5130-027 Castanheiro do Sul	X	
Joaquim Olindo Magalhães Monteiro	138215286	966283579	Rua Chão da Cruz, 22 5130-079 Ervedosa do Douro	mt.	
Eduardo Augusto Dias Coelho	203004299	933941821 968815377	Rua Casa Duarte, 4 5130-223 Nagoselo do Douro	X	X
José João Amaro Quintal	178746320	969349028	Estrada Municipal 505, 80 5130-272 Paredes da Beira	X	
José Carlos Cabral	216083800	927809344	Lugar das Relvas 5130-287 Riodades	X	
António Jorge de Jesus Silva	189079258	934144114	Rua 31 de Janeiro, 2 5130-406 Soutelo do Douro	X	
Teófilo Alexandre Ramos dos Anjos	229572766	932520502 934447850	Largo da Fonte, 2 5130-456 Vale de Figueira SJP		X
Jorge Manuel da Fonseca Andrade	192957481	934128710	Lugar de Sojas, 3 5130-501 Valongo dos Azeite	X	
Manuel Maria Martins	111275270	915684919	Rua Dr. Sousa Costa, n.º 12 5130-349 S. João da Pesqueira		X
António Manuel Froufe Bastos	192533835	965069027	Lugar da Telheira 5130-421 Trevões		X
António Augusto da Costa	173314880	936688097	Travessa da Senhora da Estrada, 2 5130-557 Vilarouco	X	

### PRESENCAS DOS VEREADORES

José António Fontão Tulha	135739942	961509819	Rua Chão da Pereira, 76 5130-356 S. João da Pesqueira		
Manuel António Natário Cordeiro	222978376	961028270	Av. Marquês de Soveral, 32 5130-321 S. João da Pesqueira		
José Vítor Fernandes Sobral	191909041	933844640	Av. Cachão da Valeira, 41 - 1.º F 5130-368 S. João da Pesqueira		
José Luís Cardoso Rodrigues	186923163	913528441	Av. Marquês de Soveral, 110 5130-321 S. João da Pesqueira		
Delfina Sofia Andrade dos Santos Tavares	222194863	926375722	Estrada Municipal 505, 99 5130-272 Paredes da Beira		

**Livro N.º 41****ACTA N.º 25/2014****ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA EM 20 de NOVEMBRO DE 2014.**

No dia vinte de Novembro de dois mil e catorze, nesta Vila de S. João da Pesqueira, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu-se a Câmara Municipal sob a Presidência do Senhor Presidente, José António Fontão Tulha, estando presentes os Senhores Vereadores Doutores Manuel António Natário Cordeiro, José Vítor Fernandes Sobral, José Luís Cardoso Rodrigues e Delfina Sofia Andrade dos Santos Tavares.

**ABERTURA DA REUNIÃO:-**

O Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião eram catorze horas e trinta e oito minutos.

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

O Senhor Vice-Presidente, face a parecer jurídico favorável, fez a entrega de cópia dos ofícios solicitados pelos Senhores Vereadores Doutores Manuel António Natário Cordeiro e José Luís Cardoso Rodrigues, referente ao dossiê dos caminhos agrícolas.

Os Senhores Vereadores Doutores Manuel António Natário Cordeiro e José Luís Cardoso Rodrigues apresentaram a seguinte declaração:

Na sequência dos sucessivos pedidos dos vereadores eleitos pelo "PNT", Manuel António Natário Cordeiro e José Luís Cardoso Rodrigues, foi finalmente facultado na última reunião da Câmara Municipal o dossiê relativo à candidatura para pavimentação dos caminhos agrícolas ao PRODER.

Depois de o analisar verificaram que a candidatura foi afinal reprovada uma vez que a Câmara Municipal não apresentou alguns documentos, mesmo que, inclusivamente, tivesse sido interpelada pela entidade responsável pela aprovação para o fazer, como se pode verificar no ofício junto ao processo datado de 07/11/2011.

Lamentam que o Senhor Vice-Presidente, Dr. José Vítor Fernandes Sobral, tenha tido a ousadia para não dizer a verdade a esta Câmara, uma vez que na reunião em que a questão foi levantada pelos Vereadores do "PNT", o senhor Vice-Presidente afirmou que a candidatura não tinha sido reprovada.

O Senhor Vice-Presidente apresentou a seguinte declaração:

"Para cabal esclarecimento da minha resposta à questão suscitada na

reunião de 25 de Setembro de 2014 pelo Senhores Vereadores da oposição relativamente à candidatura para "Requalificação de Caminhos Agrícolas" e, desta forma, obviar a eventuais dúvidas acerca da mesma, cumpre-me informar do seguinte:

1. O Município de S. João da Pesqueira submeteu quatro candidaturas à Ação 1.6.5 – "Projetos Estruturantes" – Concurso nº 1/165/2009, sendo que os processos de candidatura têm os seguintes números de identificação:
  - a. PA 15609;
  - b. PA 15682;
  - c. PA 15774;
  - d. PA 16095.
2. As candidaturas foram instruídas com todos os elementos necessários, tendo estes sido submetidos sempre dentro dos prazos definidos para o efeito;
3. De todos os elementos submetidos na instrução das candidaturas, o único elemento que nos foi solicitado pelo PRODER, e que está patente nas várias comunicações enviadas, tem que ver com a verificação do critério de elegibilidade do beneficiário expresso na alínea b) do ponto 1 do artigo 6º, do Regulamento da Ação, aprovado pela Portaria nº 1037/2009, de 11 de Setembro, sendo referido o seguinte:

*"b) Cumprirem as condições legais necessárias ao exercício da respectiva actividade, nomeadamente terem a situação regularizada em matéria de licenciamentos e autorizações exigidas nos termos da legislação aplicável;"*
4. Na prática, o PRODER estava a solicitar o parecer prévio quanto à ocupação de áreas integradas na REN, RAN, ZPE, ZEC, RNAP/Rede Natura e ARH, bem como as áreas sob tutela do ICNB.
5. Daqui decorreu que, o tipo de pavimentação exigida para os caminhos, inviabilizava, do ponto de vista financeiro, a sua execução por parte da Autarquia;
6. Com efeito, após a notificação, num primeiro momento, da decisão de indeferimento da candidatura no início de 2011, tendo como principal fundamento o tipo de piso proposto, foram encetados contactos e obtida a necessária consensualização – e concomitante garantia de aprovação – para reformulação da candidatura expurgada dos elementos fundamentadores da rejeição inicial.
7. Esta reformulação da candidatura ficou, todavia, dependente de um esperado reforço de verbas – estimado em 10 milhões de euros – da correspondente rubrica, por contrapartida da rubrica destinada a eletrificações.
8. Tínhamos, assim, do ponto de vista do mérito técnico da candidatura a confirmação da sua elegibilidade.
9. Foi nesta perspetiva e estribados nas garantias obtidas quanto à elegibilidade da candidatura que a considerámos sucessivamente nos Planos Plurianuais de Investimentos dos anos subsequentes.

Gostaria de frisar que a informação por mim prestada relativamente ao desfecho da referida candidatura ao afirmar que *"a candidatura para a pavimentação de caminhos agrícolas encerrou sem qualquer decisão por falta de financiamento"* decorre da análise objetiva de todos os elementos e de todos os contactos estabelecidos após uma primeira decisão de indeferimento, sendo que face a todo o contexto futuro, as perspectivas de aprovação eram uma realidade e não o seu contrário.

Infelizmente para o concelho, a prevista alteração de verbas não se concretizou e a rubrica destinada aos caminhos agrícolas encerrou por falta de financiamento e com ela todas as candidaturas que, tal como a nossa, aguardavam a desejada abertura ao abrigo do designado regime de *"over booking"*, por forma a ser reformulada.

Da mesma forma, mal verificamos que estavam abertas as candidaturas à medida destinada à *"Eletrificação Rural"*, submetemos uma candidatura, com o objetivo de eletrificar uma série de caminhos rurais estruturantes para o desenvolvimento agrícola do concelho e potenciadores da iniciativa empresarial que terá, desta forma, a possibilidade de viabilizar investimentos privados que, outrora, teria mais dificuldade em concretizar, sobretudo, devido ao elevado peso dos custos com a disponibilização de energia elétrica junto a essas explorações.

A referida candidatura está aprovada e cabimentada, estando para breve a assinatura dos contratos de financiamento com o IFAP.

Por fim, atentos à importância que a requalificação que os caminhos agrícolas têm para o desenvolvimento do concelho de S. João da Pesqueira, estamos a trabalhar numa candidatura a esta medida, no âmbito do novo Programa de Desenvolvimento Rural, estando a fazer-se o contacto às Juntas de Freguesia para identificação dos caminhos prioritários a requalificar.

Trabalhamos sempre com o objetivo de encontrar soluções alicerçadas numa ideia de bem comum assim como de bem-estar coletivo, assegurando o acesso a bens e serviços a todos os cidadãos, mediante o propósito de a todos servir, de igual forma, a todo o tempo e em qualquer lugar do território.

Esta deve ser a política a seguir sem desculpas, hesitações, tropelias ou defesa de interesses inconfessáveis."

O Senhor Vereador Doutor Manuel António Natário Cordeiro referiu que, perante esta declaração, a resposta dada, ainda é mais grave que a primeira, adiantando que assim, a Câmara perderia todos os concursos, citando o conteúdo do ofício referido da declaração anterior.

"Com efeito, em sede de análise do pedido de apoio e após a nossa solicitação de 19-07-2010, verificou-se que V.Exa, não indicou dentro do prazo concedido (26-07-2010), se a área de intervenção da operação se encontra ou não, em áreas abrangidas por ZPE, ZEC e Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP/Rede Natura) e não enviou as respectivas autorizações.

Considerando que V.Exa apresentou resposta ao ofício acima referido, através de comunicação, datada de 01-10-2010, esta mereceu a seguinte apreciação:

... Acrescenta ainda, que não enviou qualquer documento relativo às áreas abrangidas por ZPE, ZEC e RNAP/Rede Natura ..."

Face ao exposto, considera-se que V.Exa foi notificada através de e-mail datado de 19-07-2010, para o envio de esclarecimentos relativos a justificações de não aplicabilidade/não abrangência em áreas da RAN, REN, ZPE, ZEC, RNAP/Rede Natura e ARH, tendo V.Exa respondido apenas parcialmente, ficando por esclarecer as situações sob a tutela do ICNB. A entrega dos esclarecimentos em falta nesta fase considera-se extemporânea, uma vez que V.Exa deveria ter providenciado a colocação dos documentos nos prazos previstos, nomeadamente nos 5 dias úteis concedidos no e-mail de 19-07-2010.

Mais se informa que a falta dos referidos documentos, impossibilita a verificação dos critérios de elegibilidade do Beneficiário, de acordo com o demonstrado na alínea b) do ponto 1, do art.º 6 do Regulamento aprovado pela Portaria n.º 1037/2009, de 11 de Setembro, e configura um fundamento de não aprovação do Pedido de Apoio, tendo em vista o disposto no n.º 2, Art.º 14, do Regulamento supracitado.

Face à fundamentação exposta, ... notifica-se V.Exa da decisão final de indeferimento do Pedido de Apoio, ..."

Os Senhores Vereadores Doutores Manuel António Natário Cordeiro e José Luís Cardoso Rodrigues apresentaram a seguinte declaração:

Os Vereadores eleitos pelo "PNT", subscrevem na totalidade todos os considerandos feitos pelo Senhor Vice-Presidente relativamente à importância do PIOT, sua complexidade e interesse nos contributos da oposição, plasmados na acta de 6 de Novembro de 2014.

Ora, ao arrepio daquilo que afirmou, apenas fez a entrega do documento aos vereadores do "PNT" no próprio dia em que o mesmo deveria ser submetido, 14 de Novembro, a escassas horas do fim desse prazo. Porém não cumpriu aquilo a que se comprometeu, desrespeitou a oposição, impedindo assim, objectivamente, qualquer análise séria da nossa parte, bem como eventuais contributos que pudéssemos sugerir, o que se regista negativamente.

O Senhor Vice-Presidente disse ter cumprido o que se comprometera. No entanto, pela natureza e complexidade do documento só foi possível enviar naquela ocasião.

Referiu, também, que depois de ter falado com o Doutor José Luís Cardoso Rodrigues, ainda teve lugar a uma outra alteração.

O Senhor Vice-Presidente disse que este não era um documento de cariz oficial, uma vez que no mesmo não consta o nome da Câmara, nem aquele tinha sido objecto de deliberação, mas sim de três munícipes interessados e que estava aberto a todos aqueles que quisessem intervir e, por isso, foram contactados os Senhores Vereadores para analisarem o

documento, por forma a reiterá-lo ou não, sendo que, a ter sido reiterado, poderia vir a ser ratificado em reunião e ser a posição oficial da Câmara.\_\_\_\_\_

O Senhor Vereador Doutor Manuel António Natário Cordeiro, declarou que teria todo o gosto em concordar, desde que houvesse mais tempo disponibilizado para o analisar.\_\_\_\_\_

O Senhor Presidente afirmou que o documento esteve em discussão pública, aberto a sugestões para serem analisadas, pelo grupo de trabalho, aceitando-as ou não.\_\_\_\_\_

O documento agora enviado, de cariz particular, subscrito pelos Senhores José António Fontão Tulha, Doutor José Vítor Fernandes Sobral e Doutora Delfina Sofia Andrade dos Santos Tavares, e aberto a quem se interessasse alistar-se, evidenciando algumas sugestões que já tinham sido discutidas na CIM DOURO.\_\_\_\_\_

O Senhor Vereador Doutor José Luís Cardoso Rodrigues referiu que não estava posta em causa a bondade do documento.\_\_\_\_\_

O Senhor Vice-Presidente afirmou que o documento é complexo e que exige muito tempo de análise.\_\_\_\_\_

O Senhor Vereador Doutor José Luís Cardoso Rodrigues retorquiu dizendo se o documento era complexo, justificava-se a entrega do mesmo com mais antecedência.\_\_\_\_\_

O Senhor Vice-Presidente retorquiu dizendo que o documento base esteve disponível durante muito tempo e que todas as pessoas tiveram oportunidade de fazer a sua abordagem. Aqui reside a importância que as pessoas dão ou não às situações.\_\_\_\_\_

O Senhor Vice-Presidente entregou o relatório pormenorizado, a todos os elementos do executivo, sobre a participação do Município na MIF 2014, por forma a ser analisado na próxima reunião.\_\_\_\_\_

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

**DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS:-**

Presente o resumo diário da Tesouraria de ontem, no qual se verifica que o total das disponibilidades em dotações orçamentais é da importância de duzentos e quarenta e quatro mil e vinte e sete euros e vinte e seis centimos.\_\_\_\_\_

**324/CM/2014 – APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR:-**

Foi patente a acta n.º 24/2014, da reunião ordinária realizada no dia 6 de Novembro, previamente distribuída a todos os membros, pelo que foi dispensada a sua leitura, a qual depois de aprovada, por unanimidade, foi assinada por todos os membros.\_\_\_\_\_

**C – HABITAÇÃO E URBANISMO****C-3 – LICENÇAS DE OBRAS, OCUPAÇÃO E HABITAÇÃO DE EDIFÍCIOS:-**

**LICENÇAS DE OBRAS:-**Foram presentes os processos de obras particulares a seguir mencionados, sobre os quais foram tomadas as seguintes deliberações:\_\_\_\_\_

**325/CM/2014** – N.º 250/2007, de Paulo Alfredo de Carvalho Pinto Ribeiro, na freguesia de S. João da Pesqueira. Presente uma informação da Divisão de Obras Particulares e Serviços Urbanos propondo a audiência prévia do interessado face ao projecto de decisão que conduz à caducidade do processo por não ter sido apresentado requerimento a solicitar a aprovação dos projectos de especialidade.\_\_\_\_\_

Deliberado, por unanimidade, mandar ouvir o interessado através de audiência oral, nos termos do artigo 102.º do Código do Procedimento Administrativo, de acordo com a informação 1488/2014/DOPSU.\_\_\_\_\_

**326/CM/2014** – N.º 18/2014, de Maria Adelaide Correia, na freguesia de Espinhosa. Apresenta um projecto de arquitectura para ampliação de um imóvel.\_\_\_\_\_

Deliberado, por unanimidade, aprovar, de acordo e nos termos da informação 1512/2014/DOPSU.\_\_\_\_\_

**327/CM/2014** – N.º 32/2014, de José Joaquim Mesquita Seixas, na freguesia de Vale de Figueira. Apresenta um projecto de arquitectura para construção de uma habitação pré-fabricada.\_\_\_\_\_

Deliberado, por unanimidade, aprovar, de acordo e nos termos da informação 1483/2014/DOPSU.\_\_\_\_\_

**328/CM/2014** – N.º 39/2014, de Álvaro Augusto Fernandes Correia, na freguesia de Ervedosa do Douro. Apresenta um projecto de arquitectura para alteração ao processo inicial n.º 29/1980.\_\_\_\_\_

Deliberado, por unanimidade, aprovar, de acordo e nos termos da informação 1449/2014/DOPSU.\_\_\_\_\_

**C-4 – LICENÇAS, TAXAS E OUTROS RENDIMENTOS NÃO ESPECIFICADOS:-****329/CM/2014 – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS – A.I.T.I.E.D.- ASSOCIAÇÃO PARA A INFÂNCIA E TERCEIRA IDADE DE ERVEDOSA DO DOURO:-**

Presente um requerimento de A.I.T.I.E.D-Associação para a Infância e Terceira Idade de Ervedosa do Douro, solicitando a isenção de taxas no processo de construção de um imóvel destinado a Lar da Terceira Idade.\_\_\_\_\_

Deliberado, por unanimidade, deferir, de acordo com a informação 1451/2014/DOPSU.

#### **C-6 – IMPOSTOS DIRECTOS:-**

##### **330/CM/2014 – PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 1 DO ARTIGO 26.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO (LEI DAS FINANÇAS LOCAIS):-**

Atenta a continuada política de apoio às famílias prosseguida pelo executivo, consubstanciada, entre outras medidas, na abdicação que o município vem fazendo de uma parcela do seu direito a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, foi deliberado, por unanimidade, propor à Assembleia Municipal, para efeitos do que dispõe o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, a manutenção da redução em 1% do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho, fixando em 4% a taxa de participação variável do município naquele imposto relativamente aos rendimentos do ano de 2015.

#### **E – OBRAS DO CONCELHO**

##### **E-3.90 – REQUALIFICAÇÃO DA RUA VISCONDE DE TREVÕES E DO LARGO DO ADRO, EM TREVÕES:-**

**331/CM/2014 – AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS:-**N.º 13/2014, de Lopes & Irmãos, no valor de € 4.427,19, sem IVA.

Deliberado, por unanimidade, aprovar, de acordo com a informação 1375/2014/DOMGU.

**332/CM/2014 – AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS:-**N.º 14/2014, de Lopes & Irmãos, no valor de € 26.977,96, sem IVA.

Deliberado, por unanimidade, aprovar, de acordo com a informação 1504/2014/DOMGU.

##### **333/CM/2014 – PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA EMPREITADA:-**

Foi presente um pedido do adjudicatário de prorrogação graciosa do prazo da empreitada por 76 dias.

Atenta a informação 1472/2014/DOMGU, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a prorrogação graciosa do prazo da empreitada por 76 dias de calendário.

##### **334/CM/2014 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE REVISÃO AO PAVIMENTO COM A RUA DA FONTE:-**

Foi presente uma proposta de aprovação de revisão ao pavimento com a Rua da Fonte.

Deliberado, por unanimidade, aprovar, de acordo com a informação 1530/2014/DOMGU.

### **E-3.91 – CONSTRUÇÃO DO NÚCLEO MUSEOLÓGICO DO VINHO:-**

**335/CM/2014 – AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS:-**N.º 21/2014, de NORASIL, Sociedade de Construção Civil, SA, no valor de € 227.447,54, sem IVA.

Deliberado, por unanimidade, aprovar, de acordo com a informação 1366/2014/DOMGU.

### **336/CM/2014 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE REVISÕES AOS ARRANJOS EXTERIORES:-**

Foi presente uma proposta de aprovação de revisões aos arranjos exteriores.

Deliberado, por unanimidade, aprovar, de acordo com a informação 1528/2014/DOMGU.

### **E-4.43 – REABILITAÇÃO E PROLONGAMENTO DO ACESSO RODOVIÁRIO E EXPANSÃO DA ZONA INDUSTRIAL EM S. JOÃO DA PESQUEIRA:-**

#### **337/CM/2014 – LIBERAÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO – APLICAÇÃO DO REGIME PREVISTO NO DECRETO-LEI N.º 190/2012, DE 22 DE AGOSTO:-**

Dando cumprimento do solicitado pelo adjudicatário da empreitada referida em epígrafe, Gualdim Anciães Amado & Filhos, Lda., foi presente o auto de vistoria para liberação de 60% da caução.

Deliberado, por unanimidade, autorizar, de acordo com a informação 1527/2014/DOMGU.

### **E-4.44.01 – BENEFICIAÇÃO DA ESTRADA MUNICIPAL DE ACESSO POENTE A NAGOSELO DO DOURO:-**

#### **338/CM/2014 – LIBERAÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO – APLICAÇÃO DO REGIME PREVISTO NO DECRETO-LEI N.º 190/2012, DE 22 DE AGOSTO – AUTO DE VISTORIA:-**

Na sequência da deliberação 320/CM/2014, tomada em reunião de 6 de Novembro de 2014, foi presente o auto de vistoria para efeitos de recepção definitiva da empreitada referida em epígrafe, com consequente extinção das respectivas cauções.

Deliberado, por unanimidade, aprovar, de acordo com a informação 1500/2014/DOMGU.

**E-4.45 – BENEFICIAÇÃO DA ESTRADA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA – VÁRZEA DE TREVÕES:-**

**339/CM/2014 – LIBERAÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO – APLICAÇÃO DO REGIME PREVISTO NO DECRETO-LEI N.º 190/2012, DE 22 DE AGOSTO:-**

Dando cumprimento do solicitado pelo adjudicatário da empreitada referida em epígrafe, Gualdim Anciães Amado & Filhos, Lda., foi presente o auto de vistoria para liberação de 60% da caução.

Deliberado, por unanimidade, autorizar, de acordo com a informação 1526/2014/DOMGU.

**F – ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

**F-4.3 – FUNCIONAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL:-**

**340/CM/2014 – JUSTIFICAÇÃO DE FALTA DO SENHOR PRESIDENTE - JOSÉ ANTÓNIO FONTÃO TULHA:-**

Deliberado, por unanimidade, justificar a falta dada pelo Senhor Presidente, José António Fontão Tulha, à reunião de 6 de Novembro de 2014.

Por se encontrar abrangido pelo disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo, o Senhor Presidente José António Fontão Tulha, aquando da análise do assunto atrás referido, ausentou-se da reunião, tendo regressado aos trabalhos para participar na análise e discussão dos assuntos que se seguem.

**G – PATRIMÓNIO**

**G-1.4 – CONTRATOS DE ARRENDAMENTO E DIREITO DE OCUPAÇÃO DE INSTALAÇÕES MUNICIPAIS:-**

**341/CM/2014 – CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DO WINE BAR DO MUSEU DO VINHO DE S. JOÃO DA PESQUEIRA – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL:-**

Deliberado, por unanimidade, abrir procedimento concursal conducente à concessão da exploração do wine bar do Museu do Vinho de S. João da Pesqueira e aprovar os respectivos cadernos de encargos e programa de concurso, que aqui se dão por integralmente reproduzidos, ficando arquivados junto à pasta anexa ao presente livro de actas.

**342/CM/2014 – CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DO WINE BAR DO MUSEU DO VINHO DE S. JOÃO DA PESQUEIRA – DESIGNAÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO:-**

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, foi deliberado, por unanimidade, designar o seguinte júri do procedimento:\_\_\_

Membros efectivos: \_\_\_\_\_

- José António Fontão Tulha, Presidente da Câmara Municipal, que presidirá ao júri; \_\_\_\_\_
- Delfina Sofia Andrade dos Santos Tavares, Vereadora, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos; \_\_\_\_\_
- Francisco José Pinto, Coordenador Técnico. \_\_\_\_\_

Membros suplentes: \_\_\_\_\_

- Pedro Custódio Vaz Donas Boto, Técnico Superior; \_\_\_\_\_
- Carlos Serafim Oliveira Froufe, Técnico Superior. \_\_\_\_\_

**343/CM/2014 – APROVAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES EM MINUTA:-**

O Senhor Presidente apresentou uma proposta de aprovação em minuta das deliberações destinadas a ter eficácia externa, nos termos e para os efeitos previstos nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. \_\_\_\_\_

Esta proposta foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

**ENCERRAMENTO:-**Nada mais havendo a tratar na presente reunião, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos eram dezasseis horas e quinze minutos. Para constar se lavrou a presente acta sob a responsabilidade do Coordenador Técnico, Francisco José Pinto, de acordo com a deliberação 52/CM/2014, tomada na reunião de treze de Fevereiro de dois mil e catorze, o qual assistiu ao desenrolar dos trabalhos, e que vai ser assinada pelo Senhor Presidente, Senhores Vereadores e por mim, Coordenador Técnico, servindo de secretário, que a elaborei. \_\_\_\_\_

O Presidente,

Os Vereadores,

O Secretário,

dep

**Ines Alexandra Sequeira Almeida Oliveira - Município de S. João da Pesqueira**

**De:** jfervedosa@mail.telepac.pt  
**Enviado:** segunda-feira, 29 de Dezembro de 2014 12:27  
**Para:** Ines Alexandra Sequeira Almeida Oliveira - Município de S. João da Pesqueira  
**Assunto:** Fwd: Envio de Listagem de Obras e Intervenções Necessárias e Urgentes nesta Freguesia

Assembleia Municipal  
 de S. João da Pesqueira  
**ENTRADA**

Em 29/12/2014

Lº 2 Nº 125 Pº 141

----- Mensagem encaminhada de jfervedosa@mail.telepac.pt -----

Data: Mon, 29 Dec 2014 12:19:17 +0000

De: jfervedosa@mail.telepac.pt

Assunto: Envio de Listagem de Obras e Intervenções Necessárias e Urgentes nesta Freguesia

Para: eipr1963@hotmail.com

*[Handwritten signature]*  
 29.12.2014  
*[Handwritten signature]*

Bom dia Senhor Presidente da Assembleia Dr. Eduardo Rocha,

Conforme consta na última acta da Assembleia Municipal, apresento listagem de obras e intervenções necessárias e urgentes nesta Freguesia.

Solicito que fique registada na acta da Assembleia que se realiza hoje.

Cumprimentos,

Joaquim Monteiro

Bom dia Senhor Presidente,

Em dia de Assembleia Municipal, remeto-lhe novamente a lista de intervenções e obras necessárias na freguesia, para que fique registada.

Mais uma vez no Plano de Actividades, não contempla nada para a freguesia de Ervedosa do Douro.

Cumprimentos

Joaquim Monteiro

Boa tarde Senhor Presidente,

Em Janeiro de 2014, foi-lhe enviado um e-mail a dar conhecimento das intervenções e obras necessárias na Freguesia. Várias reuniões foram realizadas para dar conclusão às solicitações efectuadas. Passado cerca de oito meses, verifica-se que muito pouco do solicitado, foi realizado.

Assim, venho novamente solicitar o empenhamento do Executivo Municipal, para realização e solução das obras necessárias na Freguesia de Ervedosa do Douro.

Não posso deixar passar a oportunidade para agradecer a amizade pessoal e institucional que têm tido para comigo e para com o Executivo que lidero. Contudo, como é do conhecimento geral, fui eleito pela grande maioria dos eleitores da Freguesia, para zelar e contribuir para o desenvolvimento da mesma.

Passado cinco anos desde a minha primeira eleição, só posso transmitir que a intervenção do Município para além dos apoios a instituições, que foram muito importantes, o saldo na realização de obras muito necessárias, é insuficiente para o desenvolvimento da Freguesia.

Relembro que a Freguesia de Ervedosa do Douro no contexto do Município é a mais importante a seguir à Sede do Concelho, em termos de área, população e riqueza gerada.

Verifica-se que nos últimos anos, os Executivos Municipais não têm tido em conta a importância real da Freguesia e como exemplo afirmo que é das Freguesias com menos investimento municipal.

(Luís)

Tenho a certeza que o Senhor Presidente e a sua Equipa irão inverter esta situação.

CONTO CONVOSCO.

Cumprimentos  
Joaquim Monteiro

Boa tarde Senhor Presidente,

Conforme solicitado por si na última Assembleia Municipal, informo que já passei várias vezes na Câmara para falarmos, mas não foi possível, por ocupação do Senhor Presidente.

Envio listagem de obras e intervenções necessárias e urgentes nesta Freguesia, esperando marcação de reunião para os próximos dias, para discussão e planeamento das mesmas.

- Arranjo geral do lugar das Bateiras (do conhecimento de todo o Executivo) - muito importante para a Freguesia, Município e Região do Douro - urgente;
- Projeto do parque multiusos - levantamento do chão das pereiras efectuado e em posse da Camara Municipal (recinto da feira) - urgente;
- Arranjo urbanístico lugar do tronco - projeto concluído pelo Senhor Engenheiro Pedro e com promessa do Senhor Presidente, que lançaria o concurso da obra em 2013 (em execução);
- Arruamento e miradouro no lugar do Pendão - todo o processo em posse do Senhor Presidente da Câmara;
- Requalificação dos tanques da fonte do ribeiro - projeto há muito tempo para executar pelo Senhor Arquitecto Costa e Almeida e com promessa do Senhor Presidente, concluir a obra em Agosto de 2013 - urgente;
- Aquisição de terreno para ampliação do cemitério de Ervedosa do Douro - é urgente resolver esta situação (já vai faltando espaço) - urgente;
- Aquisição de terrenos para implementação de poli-desportivo em Sarzedinho e Casais do Douro;
- Reparação/ substituição de parte do telhado do Jardim de Infância - CONCLUÍDO
- Fossas de Casais do Douro, Sarzedinho e lugar da Canelha - é um caso de saúde pública, tem k ser resolvido urgentemente;
- Execução do projeto de toponímia de Casais do Douro e Sarzedinho - CONCLUÍDO
- Reparação e beneficiação do caminho Canelha - Qta. do Pessegueiro - Roriz - em péssimo estado (Moção apresentada em Assembleia de Freguesia enviada ao Município) - é urgente a intervenção neste caminho (a Câmara procedeu à colocação de camada de tovenan para posterior aplicação de betuminoso no troço desde a adega da quinta do Pessegueiro até ao troço de terra) - também é muito urgente a reparação do troço do Alto das Testemunhas até à Quinta do Vau e a conclusão do troço de terra desde a Quinta do Pessegueiro até ao alcatrão;
- Arranjo urbanístico dos tanques de Casais do Douro;
- Arranjo da antiga escola de Sarzedinho, para adaptação a Centro de Convívio;
- Acabamento dos passeios e arranjo dos postes de iluminação do loteamento da Chão da Cruz (loteamento da Camara Municipal) - urgente;
- Arranjo e embelezamento da zona ribeirinha - praia fluvial do Vau - Quinta de são José (processo com Dr. Victor Sobral e Dr. Vitor Cardoso);
- Levantamento de todos os caminhos da freguesia para posterior registo;
- Arruamento do cemitério até ao Bairro da Canelha - é urgente a intervenção, antes do Senhor Luís Rodrigues sair a sua propriedade (do conhecimento do Senhor Vereador Vitor Sobral) - Processo com Dr. Vitor Cardoso);
- Arruamento do Costeirinho - Amoreira - Portela - é urgente a sua reparação/beneficiação - CONCLUÍDO;
- Execução e reparação de muros:
  - muro do caminho de Roriz - propriedade do Senhor António Fernando Balça (do conhecimento do Senhor Vereador Vitor Sobral);
  - muro do caminho do Costeirinho, propriedade do Senhor Sebastião dos Santos Costa (do conhecimento do Senhor Vereador Vitor Sobral);
  - muro da canelha, propriedade do Senhor Fernando Bastardo (do conhecimento do senhor Vereador Vitor sobral);
  - muro do rio de Sarzedinho (orçamentado pela Divisão de obras municipais);
  - muro do pedregão (orçamentado pela Divisão de Obras Municipais);

lu(2)

- muro no caminho da Portelinha (orçamentado pela Divisão de Obras Municipais);
  - muro no caminho da Qta. das Aranhas (orçamentado pela Divisão de Obras Municipais);
  - muro no caminho da Qta. das Tecedeiras - Qta. de são José (orçamentado pela Divisão de Obras Municipais) - CONCLUÍDO
  - muro da Amoreira, propriedade do Senhor António Cândido Brites;
  - muro na propriedade do Sr. Cordeiro - Sarzedinho (do conhecimento do Sr. Doutor Victor Sobral);
  - muretes no caminho das Aranhas (dá acesso à adega do Sr. Engenheiro Mesquita).
- 
- Reparação e beneficiação com pavimento, ou em pedra, ou em betuminoso nos arruamentos:
    - Costeirinho - Portela;
    - Vale do Pereiro - EN222.
- 
- Colocação de betuminoso no troço em falta no caminho das Aranhas, que dá acesso à adega do Engenheiro Mesquita.
- 
- Construção de abrigo de passageiros no cruzamento da Estrada Nacional com a estrada Municipal de Sarzedinho (Cascalheira).
- 
- Expandir e melhorar o sinal da rede wireless para o lugar das Bateiras, alto do Pendão, Senhor dos Aflitos e antigo Bairro de São Vicente.
- 
- Requalificação e substituição da rede elétrica pública da freguesia (em estado caótico, pois foi a primeira instalação elétrica do concelho) - urgente;

Sem outro assunto, com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Junta,  
Joaquim Monteiro

----- Fim de mensagem reenviada -----

----- Fim de mensagem reenviada -----

----- Fim de mensagem reenviada -----